



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LEONARDO DA VINCI PEREIRA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DOS CARNAUBEIROS DE CAMPO MAIOR -PI
(1930 -1975)**

TERESINA-PI
2025

LEONARDO DA VINCI PEREIRA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES NOS
CARNAUBAIS DE CAMPO MAIOR – PI (1930-1975)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiana Costa da Rocha.

TERESINA-PI

2025

LEONARDO DA VINCI PEREIRA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES NOS
CARNAUBAIS DE CAMPO MAIOR – PI (1930-1975)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito para obtenção para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura em História.

Orientadora: Profª. Drª. Cristiana Costa da Rocha.

Aprovado em: 09/01/2025

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe, Maria de Fátima Pereira, este trabalho como forma de agradecimento por ter me ensinado o valor do estudo e sempre acreditar em mim, sendo fonte constante de apoio em toda a minha jornada acadêmica e de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem ele eu não teria alcançado tudo o que conquistei até aqui. Mesmo diante de tantas dificuldades, tanto na vida acadêmica quanto na logística, como morar sozinho, longe de casa e da família, minha fé no Senhor sempre foi minha fortaleza.

À minha mãe Maria de Fátima Pereira, minha maior inspiração que com todo amor e dedicação me educou e nunca deixou de acreditar no meu potencial. Obrigado por todo o apoio incondicional e por sempre incentivar a realização dos meus sonhos. Meu maior objetivo é te orgulhar.

À minha avó Araci Gomes, que foi fundamental no meu crescimento e desenvolvimento desde a infância. Sou imensamente grato por tudo o que você fez por mim.

À minha tia Sheila Gomes, cujo apoio constante tem sido essencial na minha caminhada. Sou muito orgulhoso de ser seu sobrinho. Obrigado por acreditar em mim e me ajudar a chegar até aqui.

À minha namorada Ceiça Custódio, agradeço pelo carinho, amor e parceria inestimáveis. Sua presença em minha vida foi fundamental durante essa jornada.

À minha orientadora, professora Cristiana Costa da Rocha, minha eterna gratidão por sua paciência, orientações e ensinamentos. Você me inspira a ser um profissional ético e competente.

À Universidade Estadual do Piauí (UESPI), meu muito obrigado por ser um espaço de aprendizado e crescimento. Tenho orgulho de ter feito parte dessa instituição que contribuiu imensamente para minha formação como profissional.

Aos meus amigos Cláudio Veloso e Wanieire, que me acolheram com tanto apoio assim que cheguei a Teresina, minha gratidão eterna. Vocês sempre terão um lugar especial na minha vida.

Aos trabalhadores dos carnaubais de Campo Maior-PI, agradeço profundamente por compartilharem suas memórias e experiências dentro do ciclo extrativista da carnaúba. Suas histórias enriqueceram esta pesquisa de forma única.

Ao meu amigo Lucas Ramyro, pois durante todo o processo de produção deste trabalho demonstrou disposição em ajudar, disponibilizando fontes e bibliografia valiosas para esta pesquisa. Portanto, através disso devo o considerar como meu coorientador neste trabalho.

Por fim, registro minha gratidão a todos os professores que contribuíram para a minha trajetória acadêmica. Um agradecimento especial ao professor Fábio Nadson, à professora Ireneide Soares, à professora Gizelli Lima, à professora Viviane Pedrazani, ao professor Cláudio Melo, ao professor João Júnior e à professora Valtéria Alvarenga. Cada um de vocês desempenhou um papel importante e deixou uma marca inesquecível na minha formação.

RESUMO

Esse trabalho analisa as experiências e memórias dos trabalhadores nos carnaubais de Campo Maior-PI entre 1960 e 1975, com foco no impacto do extrativismo da carnaúba na economia, sociedade e cultura locais. A pesquisa explora a relação entre o ciclo econômico da carnaúba e as dinâmicas de trabalho, desigualdades sociais e resistência camponesa, considerando a importância dessa atividade na estruturação da economia regional, especialmente durante o auge dessa prática no Piauí. O recorte temporal justifica-se pela centralidade do extrativismo da carnaúba nesse período, em que as condições de trabalho estavam diretamente relacionadas às desigualdades fundiárias e ao controle das oligarquias rurais. A metodologia adotada é qualitativa, utilizando a história oral, entrevistas com trabalhadores rurais e análise documental e bibliográfica. A partir dessa abordagem, foi possível compreender as vivências dos sujeitos históricos que protagonizaram a atividade extrativa e os impactos dessa prática em suas vidas, além das formas de resistência que emergiram, como a formação da Liga Camponesa de Matinhos. Além disso, o trabalho reflete sobre como as práticas de resistência presentes nas ações dos carnaubeiros contribuíram para a organização das lutas no campo. Conclui-se que o ciclo da carnaúba em Campo Maior, apesar de ser um motor econômico da região, foi também um marco de exclusão social e econômica dos trabalhadores, que enfrentaram duras condições de exploração. As memórias desses trabalhadores, preservadas através da história oral, são fundamentais para entender as transformações sociais e históricas que marcaram o município, evidenciando o papel das práticas de resistência, como a organização sindical frente à opressão local.

Palavras-Chave: Experiências. Memórias. Carnaubeiros. Extrativismo da Carnaúba.. Resistência. Campo Maior-PI

ABSTRACT

This paper analyzes the experiences and memories of workers in the carnauba fields of Campo Maior-PI between 1960 and 1975, focusing on the impact of carnauba extraction on the local economy, society, and culture. The research explores the relationship between the carnauba economic cycle and the dynamics of labor, social inequalities, and peasant resistance, considering the importance of this activity in shaping the regional economy, especially during the peak of this practice in Piauí. The temporal scope is justified by the centrality of carnauba extraction during this period, when working conditions were directly related to land inequalities and the control of rural oligarchies. The methodology adopted is qualitative, using oral history, interviews with rural workers, and documentary and bibliographic analysis. Through this approach, it was possible to understand the experiences of the historical subjects who played a leading role in the extraction activity and the impacts of this practice on their lives, as well as the forms of resistance that emerged, such as the formation of the Liga Campesina de Matinhos. Additionally, the paper reflects on how the resistance practices present in the actions of carnauba workers contributed to the organization of struggles in the field. It is concluded that the carnauba cycle in Campo Maior, although an economic engine for the region, also marked the social and economic exclusion of workers, who faced harsh conditions of exploitation. The memories of these workers, preserved through oral history, are essential for understanding the social and historical transformations that marked the municipality, highlighting the role of resistance practices, such as union organization, in confronting local oppression.

Keywords: Experiences. Memories. Carnauba workers. Carnauba extraction. Resistance. Campo Maior-PI.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Piauí e a relevância por município na produção da cera de carnaúba.....	29
Figura 2 – Carnaubeiro da localidade Água Branca mostrando os produtos feitos pela cooperativa	34
Figura 3 – Ilustração do extrativismo vegetal da carnaúba	37
Figura 4 – Secagem da palha da carnaúba no Assentamento Lagoa Seca na zona rural de Campo Maior- PI	39
Figura 5 – Anúncio da casa comercial de Casa Alves e Morais & Cia	50
Figura 6 – Anúncio da casa comercial de Waldeck Bona	51
Figura 7 – Senhor Antônio Delmiro e Senhora Maria do Carmo do Assentamento Lagoa Seca	61
Figura 8 – Carnaubeiro produzindo vassoura no Assentamento Lagoa Seca – Campo Maior-PI	63
Figura 9 – Lastro de Antônio Pereira localizado no assentamento Lagoa Seca em Campo Maior – PI	65
Figura 10 – Entrevista com Antônio Damião em sua residência, Campo Maior-PI	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Receitas da exportação produtos no Piauí (1901-1920)	15
Quadro 2 – Produção de cera de carnaúba (em toneladas)(1925-1939)	17
Quadro 3 – Rendas orçamentárias de Campo Maior-PI (1930 a 1940)	25
Quadro 4 – Produção da cera de carnaúba em toneladas segundo microrregiões (1960)	27
Quadro 5 – Estrutura fundiária de Campo Maior em 1970	28
Quadro 6 – Fluxograma da cera da carnaúba	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NA MATA DOS COCAIS CAMPOMAIORENSE: IMPACTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS	21
2.1 Extrativismo na “Terra dos Carnaubais”	21
2.2 Práticas do Extrativismo da Carnaúba	31
2.3 Dinâmica e Organização do Extrativismo no Carnaubal	36
2.4 A Comercialização e Padronização da Cera de Carnaúba: Impactos Econômicos e Sociais	45
3. VIDAS ENTRE PALHAS: MEMÓRIAS DOS EXTRATORES DE CARNAÚBA	54
3.1 A Carnaúba e Seus Homens	55
3.2 Vivências entre Palhas: Cotidiano e Costumes	61
3.3 Resistência camponesa na “Terra dos Carnaubais”	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	79
ENTREVISTAS	82

1. INTRODUÇÃO

Para analisar o contexto histórico da extração e exportação da carnaúba, iniciado no final do século XIX, é necessário compreender que o Piauí enfrentou instabilidades econômicas desde o século XVII com a crise do sistema açucareiro, o que influenciou diretamente sua economia, já que o Estado era o maior fornecedor de gado e derivados para a economia açucareira da época. O declínio econômico na Zona da Mata Nordestina ocorreu por diversos fatores, sendo o principal a concorrência do açúcar antilhano após a saída dos holandeses do Nordeste brasileiro.

Outros fatores para o declínio da economia piauiense foram o grande fluxo de pessoas e investimentos rumo ao Centro-Oeste, motivado pela extração aurífera na segunda metade do século XVIII, além da concorrência de mercados pecuaristas do Centro-Sul do Brasil. Assim, o território piauiense se encontrava marginalizado, com uma economia completamente limitada à subsistência e dela dependente.

Segundo Queiroz (2006, p. 19), mesmo com essas instabilidades, o Piauí ainda se destacava na pecuária de exportação, pois, entre 1850 e 1890, essa atividade representava cerca de 50% das receitas do Império brasileiro, tendo como um de seus maiores mercados a Guiana Francesa, para onde exportava gado, e a Inglaterra, que comprava seus derivados, como o couro.

Entretanto, a civilização do couro não provocou um desenvolvimento significativo na estrutura econômico-social do Estado. De acordo com Medeiros (1996), é evidente que sempre houve comercialização no Piauí com mercados internos, como Bahia, Pernambuco e, em seguida, Minas Gerais, mas essas transações eram vistas como venda de excedentes de uma economia de subsistência. Assim, até meados do século XIX, o Estado não conseguiu desenvolver uma economia dinâmica e de grande expressão.

Com base no exposto, nas últimas décadas do século XIX, o Piauí encontrava-se estagnado, vivendo majoritariamente de sua pecuária já em decadência e da agricultura de subsistência. Isso contrastava com as regiões do Centro-Sul do Império, que, nesse momento, estavam em crescimento acelerado, não apenas em termos de produção, mas também de infraestrutura e inovações na agricultura e pecuária. Isso significava que o Piauí estava perdendo espaço para outras regiões e províncias vizinhas, que se estabeleciam como grandes concorrentes, a exemplo do Pará (Queiroz, 2006, p. 20).

No século XIX, o Piauí necessitava de um projeto de integração econômica que possibilitasse alternativas para restabelecer sua importância no cenário nacional, conectando-

se ao comércio dos grandes centros do Império e suas necessidades, como já acontecera no período colonial (Queiroz, 2006, p. 13-17).

Sobre o processo de integração, Medeiros (1996) destaca que a sociedade brasileira viveu dois ciclos de integração nacional. O primeiro se inicia com a Independência e perdura até o fim da ordem escravocrata, enquanto o segundo parte da instauração do regime de trabalho livre e do regime político republicano.

Por conseguinte, esta pesquisa busca destacar as consequências sociais, políticas e econômicas desse segundo processo de integração nacional no Estado do Piauí entre 1930 e 1985. Quanto às implicações regionais desse tipo de integração nacional, Medeiros afirma que:

Ante o impacto deformador da antiga estrutura social na formação do regime e classes e resistência que as elites tradicionais oferecem ao desenvolvimento acarretado pela eliminação progressiva de seus privilégios sociais, só as comunidades e as regiões de maior vitalidade socio-econômica conseguem organizar o processo espontaneamente [...] As comunidades e regiões que não logram certas condições mínimas de crescimento econômico e de desenvolvimento social ficam mais ou menos entregues a estilos de vida que preservam, indefinidamente, formas arcaicas de organização social (Medeiros, 1996, p. 18)

Diante desse contexto, o Piauí investiu no processo de integração nacional, o que trouxe inúmeras mudanças para o estado. Uma das maiores transformações desse período foi à transferência da sede administrativa para a nova Vila do Poti, em 1852, sob a liderança de José Antônio Saraiva, então presidente da província.

A política local e nacional passou a compreender que o desenvolvimento econômico do Piauí estaria diretamente ligado ao rio Parnaíba, que possuía um vasto potencial econômico. Além disso, sua navegabilidade era um fator essencial para facilitar o transporte de mercadorias e a aproximação com núcleos comerciais importantes da época, como Caxias e São Luís. De acordo com Queiroz:

No Piauí, estava claro para alguns políticos, desde os meados do século XIX, que a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho por meio da exportação de produtos agrícolas só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes [...] Esta proposta está ligada visceralmente à tese de que a abertura de vias de comunicação e maiores facilidades de transporte seriam os elementos indutores do processo de inserção da economia piauiense ao contexto nacional e internacional. (2006, p. 14-17)

É inegável o resultado do esforço desse projeto de integração da economia piauiense ao mercado nacional. No início da primeira metade do século XX, o Piauí passou a desempenhar o papel esperado como exportador de gêneros agrícolas. Segundo Medeiros:

[...] Não restava outra saída para a economia, dentro do estado de subsistência e estagnação, senão a busca ao litoral [...] De modo a participar do mercado mundial, inicialmente com algodão, secundariamente com arroz, depois com a borracha da maniçoba, seguindo-se à cera da carnaúba e mais tarde o babaçu [...] Realmente houve tentativas de romper o isolamento das grandes distâncias pelo deslocamento da administração pública para as margens do Rio Parnaíba e dinamizar a economia pelo incentivo à agricultura [...] (1996, p. 22)

Mesmo com todo o esforço evidente da política administrativa do estado do Piauí para dinamizar sua economia, será somente no século XX, com a exportação da maniçoba (1900-1915), da cera de carnaúba e da amêndoia do babaçu (1910-1950), que o estado alcançará um ciclo exportador de destaque.

Durante o início do século XX, o Piauí experimentou um ciclo exportador significativo para as receitas do estado no setor extrativista, com produtos como a maniçoba, cujo auge ocorreu entre 1900 e 1915. Entretanto, os maiores impactos e a maior duração serão, respectivamente, dos ciclos da carnaúba e do babaçu, que disputarão alternadamente a liderança nas receitas estaduais até a década de 1950, quando esse ciclo extrativista-exportador entra em declínio após a Segunda Guerra Mundial (Medeiros, 1996, p. 22-23).

É nesse contexto que esta pesquisa busca analisar o papel da extração da carnaúba para a economia política do estado. Em sequência, problematizam-se as consequências sociais associadas à conjuntura formada pelo ciclo extrativo-exportador da carnaúba.

Com relação à importância da cera de carnaúba para as receitas do estado, seu crescimento ocorreu de forma gradativa, com algumas tentativas de comercialização e inserção do produto no mercado externo ainda no final do século XIX. A primeira remessa comercial de cera foi enviada para Manchester e Londres em 1894 (CEPRO, 1976, p. 9).

Dentre os primeiros comerciantes exportadores da carnaúba no Piauí, destaca-se James Frederick Clark, natural da Inglaterra, que chegou ao estado em 1869 com intenções comerciais. Clark adquiriu a Casa Inglesa em Parnaíba do então proprietário Paul Robert Singlehurst em 1900. Na época, já era sócio minoritário do negócio e passou a deter sua totalidade (CEPRO, 1979, p. 9).

A cera de carnaúba foi ganhando importância nos primeiros anos do século XX, ocupando lugar de destaque entre os produtos exportados. Para Santana (2017, p. 155), em 1910 o produto já ocupava o terceiro lugar no ranking de exportações do estado. Contudo, a

magnitude desse produto e sua dependência do mercado externo ficaram mais evidentes com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando seu valor quadruplicou até 1920.

O grau de importância da cera para a receita de exportação do Piauí é interpretado de forma diferente por diversos autores. Conforme mencionado anteriormente, Santana (2017, p. 156) afirma que, em 1910, a cera de carnaúba ocupava o terceiro lugar em nível de importância para a receita do estado. Por outro lado, Medeiros (1996) aponta que, em 1907, esse produto já ocupava o segundo lugar na classificação.

Além disso, Queiróz (1984, p. 181), ao analisar mensagens de governadores do Piauí e relatórios da Secretaria de Fazenda do estado, elaborou uma tabela com as receitas de produtos como algodão, babaçu, borracha de manicoba e cera de carnaúba. Ele destaca que, em 1908, a cera de carnaúba ocupava o segundo lugar, com uma receita de 63:081\$879. Com uma análise mais detalhada, Queiróz (2006, p. 40) aponta que, em 1912, a receita do estado com a cera de carnaúba foi de 135:912\$610. Já entre 1914 e 1918, período da Primeira Guerra Mundial, a receita sobre a exportação do produto variou entre 175:135\$659 e 412:660\$628.

A partir de 1914, a cera de carnaúba alcança seu mais alto patamar como principal produto de exportação do Piauí, com receitas elevadas e influenciadas pelas cotações e demandas internacionais pela matéria-prima piauiense, conforme será exposto a seguir.

Quadro 1 – Receitas da exportação de produtos no Piauí (1901-1920)

Ano	Borracha	Algodão	Cera de Carnaúba	Babaçú
1901	75:648\$366	...		
1902	143:006\$821	...		
1903	228:942\$104	...		
1904	247:492\$399	...		
1905	255:237\$288	
1906	285:846\$255	
1907	274:881\$134	91:308\$585	73:063\$506	
1908	160:237\$257	27:922\$510	63:081\$879	
1909	334:329\$360	67:373\$844	66:192\$501	
1910	542:718\$255	20:962\$299	65:854\$834	
1911	406:126\$398	48:916\$802	72:763\$480	...
1912	301:112\$325	67:670\$980	135:912\$610	...
1913	147:993\$410	46:050\$758	137:203\$835	...
1914	74:126\$577	35:099\$343	175:138\$659	...
1915
1916
1917	100:813\$616	88:618\$235	352:977\$182	94:475\$860
1918	31:686\$176	103:604\$000	412:660\$628	109:752\$480
1919	45:534\$288	115:876\$955	461:540\$114	122:750\$806
1920	15:075\$740	97:822\$901	389:630\$339	103:625\$668

Fonte: QUEIRÓZ, 1984, p. 181

No quadro acima, Queiroz (2006, p. 181) destaca que, a partir das crises internacionais de 1905 e 1908 e das movimentações nas receitas do Estado, fica clara a natureza cíclica dessa atividade econômica, que apresenta uma característica de dependência do mercado externo. Dessa forma, os anos entre 1917 e 1920 evidenciaram a supremacia desse produto nas receitas de exportação do Piauí. De acordo com a historiadora:

[...] Os altos preços então alcançados colocaram-na, a partir de 1914, como principal responsável pela formação da receita no Piauí, superando a borracha [...] Essa primeira fase de pico das exportações teve apenas a duração da Guerra [...] Esse comportamento extremamente cíclico e instável seria característico da comercialização da cera que, como os demais produtos da pauta de exportações, estava totalmente submetida ao mercado externo [...]. (QUEIRÓZ, 2006, p. 40)

Um dos principais fatores que impulsionaram o desenvolvimento progressivo da atividade extrativa da carnaúba e seu alto índice de exportação na primeira metade do século XX foi o avanço da tecnologia científica. Por meio de análises químicas realizadas na cera de carnaúba, descobriu-se um componente extremamente inflamável, o ácido pícrico, cuja utilização se expandiu para a indústria bélica no período entre as duas guerras mundiais, elevando significativamente as cotações desse produto no mercado externo, conforme Sousa (1974, p. 18).

Sousa (1974, p. 18) afirma que, durante a Segunda Guerra Mundial, os presidentes Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas se reuniram no Rio Grande do Norte para tratar de assuntos de interesse mútuo no contexto do conflito. Entre as pautas discutidas, destacou-se a fixação de preços de produtos de exportação destinados ao consumo norte-americano, incluindo a cera de carnaúba, que despertava grande interesse dos Estados Unidos naquele momento. Os preços permaneceram inalterados até dez meses após o fim do conflito mundial, conforme Queiroz (2006, p. 41).

O extrativismo da cera de carnaúba entrou em crise após a Primeira Guerra Mundial, mas essa crise foi breve. Ainda que de forma lenta e com oscilações, o produto voltou a ganhar espaço no mercado. Sobre esse aspecto, Queiroz (2006, p. 41) afirma:

[...] Entre 1932 e 1936, por exemplo, o preço da tonelada de cera passou de Cr\$ 2.690,30 para Cr\$ 8.067,20, o que representou acréscimo de mais de 200%. No mesmo período, as quantidades produzidas cresceram apenas 47%. O incremento dos preços foi significativo, mesmo em se tratando de valores nominais [...]. (QUEIRÓZ, 2006, p. 41)

Queiróz (2006, p. 41) mostra o crescimento das receitas do estado com o ciclo extrativista realizado no Piauí no período entre as guerras mundiais, especificamente na atividade da carnaúba, tanto pela exportação quanto pela produção da cera. A autora relata que o estado atingiu, entre 1932 e 1933, impressionantes 44,2% a 44,7% da produção brasileira. Antes da Segunda Guerra Mundial, esse setor alcançaria o ápice de suas cotações e receitas.

Quadro 2 – Produção de cera de carnaúba (em toneladas)
(1925-1939)

Ano	Piauí	Brasil	P/B	Ano	Piauí	Brasil	P/B
1925	1.792	5.219	34,3	1933	3.828	8.559	44,7
1926	2.010	6.122	32,8	1934	2.917	8.059	36,2
1927	2.862	7.350	38,9	1935	2.958	7.785	38,0
1928	3.144	7.735	40,6	1936	4.009	10.676	37,6
1929	3.174	7.225	43,9	1937	4.452	10.527	42,3
1930	2.933	7.940	36,9	1938	3.920	9.924	39,5
1931	3.553	8.321	42,7	1939	4.500	11.476	39,2
1932	3.211	7.262	44,2	–	–	–	–

Fonte: QUEIRÓZ, 2006, p.41 apud PORTO, 197,4, p. 122-123

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o ciclo da carnaúba começou a decair, marcando assim o seu declínio e causando uma crise para os exportadores e para a economia piauiense, que se beneficiava das altas receitas que essa atividade econômica proporcionava. Sobre os impactos que o ciclo trouxe para o estado, segundo Medeiros (1996, p. 24), não houve, por parte da estrutura econômica do Piauí, benefícios que mudassem a realidade da população em geral, nem uma base estável que abrisse caminhos para alternativas econômicas. Pelo contrário, a pecuária, que sempre foi seu ponto forte, estava abandonada após o fim do ciclo extrativista, trazendo assim instabilidade e fragilidade para a economia do Piauí.

No período apresentado no quadro acima, o Piauí já vivia sob a égide de um novo ciclo econômico, que levaria os grandes proprietários e as oligarquias da época a se

articularem politicamente sobre diversas questões de seus interesses. Em Campo Maior, não seria diferente.

Não é surpresa dizer que a maior adversidade enfrentada no âmbito rural na história do Brasil, desde o período colonial, é a concentração de terras e suas consequências miseráveis para os mais vulneráveis. É importante destacar ainda o papel da Lei Imperial nº 601/50, mais conhecida como Lei de Terras (1850), que consolidou a permanência das desigualdades sociais e restringiu o acesso à terra aos mais abastados do país.

Mas qual é a relação entre a discussão sobre a terra e o tema desta pesquisa, já que essa lei foi promulgada 80 anos antes do recorte temporal aqui trabalhado? Ora, o Piauí se encaixa perfeitamente nessa questão, pois a concentração de terras existente no estado no século XX foi historicamente herdada dessa legislação, que consolidou a exclusão da maioria da população brasileira do direito à terra. Essa discussão permanece como um problema até os dias atuais, com forte resistência por parte dos camponeses na luta pelo direito à terra. Com base no que foi exposto, Rocha (2022, p. 105) afirma:

O projeto de desenvolvimentismo no campo se ancora nas estruturas rurais do país, com bases no conservadorismo e concentração de terras nas mãos de poucos sob legitimação do Estado. Cabe considerar que as interdições das formas de acesso à terra à população pobre rural constituem um projeto histórico que encontra legitimidade na Lei de Terras de 1850, que ao limitar o acesso à terra ao processo de compra legítima a terra cativa, presa na mão de poucos, na passagem da escravidão legal para o trabalho livre, estabelece novas formas de exploração do homem do campo (MARTINS, 1981, apud ROCHA (2022. P. 105)

A autora enfatiza que a estrutura agrária profundamente desigual teve impacto direto no desenvolvimento da atividade extrativista no Piauí, em particular durante o ciclo da carnaúba, cujo auge ocorreu na primeira metade do século XX. A exploração da carnaúba, dependente de recursos naturais e do uso da terra, ocorreu em um cenário onde a grande maioria da população estava submetida a um sistema capitalista exploratório, agravado pelas dinâmicas de exclusão fundiária herdadas do passado. Dessa forma, a concentração de terras não só contribuiu para a formação das bases da atividade extrativa, como também determinou a condição de exploração enfrentada pelos trabalhadores piauienses nesse período.

A migração como forma alternativa para fugir de certas situações que não favoreciam os camponeses passa a surgir com o declínio do ciclo extrativista no meio-norte do Piauí, tanto o ciclo do babaçu quanto o da carnaúba.

O que é mais importante ressaltar nesse momento, a partir do pensamento da historiadora, é que o período vivia uma grande discussão sobre a questão agrária, que já

nascia na década de 1950 com o início da instituição de sindicatos dos trabalhadores rurais, acompanhada por um movimento em favor da reforma agrária em todo o país como forma de resistência política camponesa.

Portanto, a efervescência política do camponês parece surgir com a política populista no Brasil que, juntamente com o apoio da Igreja Católica e de partidos comunistas, fazia crescer a ideia de reforma agrária no país, politizando os camponeses e criando sindicatos como forma de organização política para defender e representar os direitos do trabalhador rural (Medeiros, 1996, p. 110-111).

Os discursos reformistas das décadas de 1950 e início de 1960 fortaleceram a classe operária e os camponeses através do apoio de partidos comunistas como o PTB, que reunia indústrias e operários do movimento sindical, e o PCB, partidos que de certa forma por meio de seus ativistas, contribuíram para conscientizar e politizar a classe trabalhadora na defesa de seus direitos (Medeiros, 1996, p. 111).

Impulsionados por esse processo, os camponeses também se mobilizavam de forma organizada. Um exemplo disso foi a institucionalização do sindicato dos trabalhadores rurais, que, juntamente com os operários na República Populista, já havia conquistado politicamente muitos direitos trabalhistas. Sobre isso, Medeiros (1996, p. 114) afirma:

O acontecimento realmente novo no período foi a emergência social e política dos trabalhadores rurais, não como uma nova área de exposição do populismo, mas como movimento sindical. A política desse radicalismo e o debate sobre a reforma agrária, crescendo desde meados dos anos 50, tornaram-se o centro das organizações políticas e ideológicas. A mobilização e organização sindical dos trabalhadores seguiram-se como uma consequência natural. O direito de associação dos lavradores, independentes da tutela patronal, a extensão de direitos trabalhistas e previdenciários ao campo e a divisão do latifúndio representavam uma mudança verdadeiramente estrutural no Brasil. Representavam uma ruptura com o padrão de convivência social historicamente consagrado de integração subordinada/tutelada ou marginalização/exclusão. O golpe de 64 barrou essa ruptura. Medeiros (1996, p.114)

A respeito dessa organização entre 1950 e 1960, pode-se dizer que houve uma parceria entre comunistas e camponeses na luta pelos interesses do trabalhador rural, tanto por meio dos sindicatos quanto pela criação das ligas camponesas. Esse movimento simbolizava uma relação de solidariedade entre esses sujeitos, funcionando como uma forma de resistência. Segundo Sousa (2015, p. 281):

A pretensão dos comunistas de ‘maior penetração das massas’ se insere nos inúmeros investimentos desses personagens em relação à questão agrária. Todavia, a despeito dessas intenções, a participação ativa dos comunistas

piauienses nas lutas travadas pelos camponeses [...] certamente fortaleceu o processo de intervenção das Ligas Camponesas no Piauí, reforçando o debate sobre a reforma agrária e, principalmente, as expectativas dos camponeses de conquistar uma vida melhor. Sousa (2015, p. 281)

É evidente que, diante de uma conjuntura capitalista progressista e modernizante, o camponês resiste, mesmo diante de migração, fome, seca, miséria, desigualdade social e exploração. Tanto as ligas camponesas quanto os sindicatos fortalecerão as relações de solidariedade e economia moral, conceitos criados e utilizados por Thompson, historiador inglês que estuda as formas de relação na sociedade inglesa.

Portanto, é sobre esse contexto que a pesquisa será desenvolvida, utilizando a história oral para ouvir o que os sujeitos históricos centrais no enredo dessa escrita acadêmica têm a dizer sobre suas percepções da realidade à qual estavam inseridos e que será abordada aqui.

É importante salientar que as histórias de Luiz Ribamar Osório Lopes e Antônio Damião de Sousa serão trazidas como elementos centrais para essa escrita, a partir de seus relatos, que serão discutidos na terceira parte deste trabalho. Esses dois homens desempenharam um papel fundamental como líderes de um movimento camponês no município de Campo Maior, antes e durante a Ditadura Militar no Brasil, contra a elite latifundiária piauiense, em especial a campomaiorense, em defesa de direitos já estabelecidos durante a República Populista e a Era Vargas, e principalmente o direito à propriedade, tutelado pela Constituição, que coloca uma função social sobre a mesma e garante esse direito a todos os cidadãos brasileiros.

2. O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NA MATA DOS COCAIS CAMPOMAIORENSE: IMPACTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS.

2.1 Extrativismo na “Terra dos Carnaubais”

A referência às Terras dos Carnaubais é associada ao município de Campo Maior, localizado a cerca de 90 km da atual capital, Teresina. O município recebeu essa alcunha devido à vasta quantidade de carnaubeiras na região. Campo Maior está situado na sub-região do nordeste, mais conhecida como Meio Norte do Piauí, que se estende por todo o Maranhão e parte do oeste do Piauí. A cidade se comporta como parte de uma área de transição entre as regiões Norte e Nordeste do País.

A vegetação predominante no território campomaiorense é a Mata dos Cocaís, um bioma piauiense que abrange uma região rica em palmáceas como tucum, babaçu e carnaúba. A Mata dos Cocaís faz fronteira vegetativa com o Cerrado ao sul, a Caatinga a sudoeste e a Amazônia brasileira a oeste do Maranhão, caracterizando-se por um clima tropical semiúmido, com índices pluviométricos consideráveis durante boa parte do ano. Esse clima contribui para o caráter vegetativo transitório da região.

Na primeira metade do século XX, a Terra dos Carnaubais se destacou na indústria extrativa vegetal da carnaúba, sendo um dos municípios com os maiores índices de produção de pó e cera da carnaúba da Região Nordeste. Na época, possuía um comércio dinâmico e intenso, estando em destaque a nível estadual, ocupando o 6º lugar em contingente populacional no Piauí, ficando atrás apenas de Teresina, Picos, Valença do Piauí, Parnaíba e Oeiras, conforme o IBGE (1957).

Conhecida como a “árvore da vida”, reproduzida inclusive na bandeira do Estado, a carnaúba teve grande importância para a economia do Piauí no século XX e ainda permanece com relevante participação nas receitas do Estado no século XXI, ficando atrás apenas da soja na região do MATOPIBA, no cerrado piauiense. Diante disso, Campo Maior foi um dos municípios que mais trouxe receita ao Estado durante o auge dessa atividade econômica, na primeira metade do último século.

Antes do século XX, o município de Campo Maior vivia da criação de animais e da agricultura de subsistência, principalmente da pecuária extensiva, voltada para a exportação. Porém, com o surgimento da cera de carnaúba como importante matéria-prima, esse cenário começou a mudar gradativamente. O período áureo da produção de cera de carnaúba em

Campo Maior ocorreu durante a primeira metade do século XX, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, quando se configurou como o maior produtor de cera de carnaúba de todo o Estado do Piauí (Pereira, 2015, p. 48).

Devido à rica paisagem de carnaubeiras, a cidade foi altamente elogiada por jornais de circulação local da época. A partir daí, Campo Maior passou a ser representada não só pelo seu potencial econômico, mas também pelas suas belíssimas e abundantes carnaubeiras. Em 1934, o periódico *Almanaque da Parnaíba*, que informava e formava a cultura da população piauiense, enalteceu o município como expoente máximo no controle da cera de carnaúba, acompanhada de uma foto tirada na propriedade do coronel Eulálio Filho, em sua fazenda “Estreito”, (*Almanaque da Parnaíba*, 1934, p. 103).

É importante destacar que o recorte temporal desta pesquisa, de 1930 a 1980, corresponde ao período áureo da atividade extrativa da carnaúba em Campo Maior. A fase mais emblemática dessa atividade, que até hoje permanece a principal da cidade, compreende entre as décadas de 1930 e 1940, mais precisamente até 1947. Nesse período, a carnaúba foi o maior suporte econômico da região, e o município arrecadou valores altíssimos com essa atividade, tanto com impostos quanto com o uso de suas terras (Pereira, 2015, p. 49).

Durante esse período, a Terra dos Carnaubais passou por diversas transformações em sua sociedade, devido ao novo contexto econômico que se instaurou na região. Antes, a cidade tinha uma trajetória voltada para a pecuária e a agricultura de subsistência. Contudo, o auge dessas atividades trouxe mudanças no significado de poder. Ao invés de simplesmente possuírem terras e rebanhos, aqueles que detinham carnaubais conquistaram também o poder político e econômico na cidade. Conforme Pereira (2015, p. 49):

Surgiram muitas oportunidades de trabalho” temporário relacionado à produção da cera de carnaúba [...] Havia ainda os proprietários particulares de carnaubais, pessoas de boas condições financeiras, além dos arrendatários que também figuravam enquanto elite campomaiorense. “Podemos citar ainda o setor de empreendimentos comerciais que pode auferir muitos lucros com a negociação da cera. (2015, p. 49)

Dada a referência sobre as expectativas em relação ao desenvolvimento econômico e às oportunidades de trabalho, ao longo da análise desta pesquisa buscar-se-á compreender as dinâmicas sociais e laborais dos camponeses no ciclo da cera da carnaúba. Vale enfatizar que os camponeses, enquanto atores históricos, não estavam alheios à história, mas sim ausentes das narrativas predominantes. Esses assuntos foram integrados ao contexto em questão, e o estudo busca evidenciar como era o cotidiano dessas pessoas e como se dava a conexão entre esses trabalhadores rurais e a conjuntura exposta em âmbito local.

O trecho do autor na última citação elucida que houve muitas oportunidades de trabalho, mas não discute como esses trabalhos eram executados no processo de extração do pó e da produção da cera de carnaúba, que trouxe para a cidade novas perspectivas sociais.

O contexto inicial da pesquisa remete às mudanças ocorridas após a “Revolução de 1930”. Para quem não sabe, essa “revolução” ocorreu após um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas e seus apoiadores, como o movimento tenentista, que ajudou Vargas a tomar o poder do então presidente Washington Luís, que havia acabado de eleger seu apoiado Júlio Prestes.

Após o golpe, Getúlio tinha como objetivo em seu governo provisório acabar com o sistema corporativista dos coronéis no território brasileiro. Dessa forma, nomeou intersetores federais e pessoas ligadas politicamente às suas ideias em nível local.

No caso de Campo Maior, o nome indicado para liderar o executivo da cidade foi o comerciante Francisco Alves Cavalcante, campo-maiorense, considerado um dos maiores comerciantes de gêneros para exportação, o mesmo era na época o responsável administrativo da Casa Alves desde 1915.

Após algumas medidas “modernizadoras” tomadas em nível local por impulso estadual, como no caso do interventor federal Landry Sales e do presidente Getúlio Vargas, Campo Maior passou a ser uma grande potência nessa atividade econômica, beneficiando-se de suas altas receitas (Pereira, 2015, p. 50). Sobre o que foi citado, o *Almanaque da Parnaíba* menciona:

Tem trabalhado em prol da regeneração política da Pátria [...] e que vem emprestando uma grande parte de sua fecunda atividade. E por que assim o é, foi ele, pelo governo instituído logo após a Vitória da revolução de outubro, aproveitado para Prefeito Municipal de Campo Maior, lugar que vem ocupando desde o dia 4 daquele mês [...]. (1932, p. 55)

Campo Maior, assim como a maioria das cidades brasileiras da época, possuía características essencialmente rurais, pois o campo ainda era o centro da vida social e econômica da cidade, onde a maior parte da população era majoritariamente camponesa e trabalhava com base na pecuária, na agricultura de subsistência e no extrativismo da carnaúba.

As medidas já mencionadas visavam transformar o ambiente urbanístico dessas localidades. Nesse contexto, a Terra dos Carnaubais passou a receber recursos estaduais e federais destinados à construção de prédios públicos e melhorias na infraestrutura urbana. Contudo, para impulsionar a economia extrativa da carnaúba, tornou-se necessário que a prefeitura assumisse o controle de terras pertencentes ao município, mas que estavam sob o domínio de foreiros por meio de cartas de aforamento (PEREIRA, 2015, p. 50).

Vale destacar que as cartas de aforamento, documentos utilizados desde o Brasil Colônia, formalizavam acordos entre as partes interessadas, como o foreiro e o proprietário da terra. Esses contratos eram geralmente firmados para promover o uso produtivo do terreno, mediante o pagamento anual de um valor chamado "foro". É essencial não confundir o sistema de aforamento com o de moradia, amplamente praticado pelos camponeses, ou com o arrendamento, que também poderia ser realizado por uma pequena parcela de camponeses, os quais serão abordados posteriormente.

Após essa explicação, no dia 4 de abril de 1934, o prefeito Francisco Alves Cavalcante recebeu uma mensagem do então interventor federal Landry Sales, informando sobre um decreto estadual que havia sido publicado no Diário Oficial, estabelecendo que os carnaubais passassem a integrar o patrimônio municipal. Assim, o chefe do executivo municipal recebeu a tarefa, junto ao interventor, de retomar as terras que, a partir daquele momento, passariam a estar sob a posse da prefeitura (PEREIRA, 2015, p. 50).

Como um dos principais municípios e ocupando uma posição importante como maior polo da extração do pó e da produção de cera de carnaúba, Campo Maior sempre era bastante elogiada pelo papel que vinha desempenhando na economia do Estado do Piauí. Diante disso, o periódico *Almanaque da Parnaíba* (1941) novamente através de uma crônica, enfatizou em 13 páginas a importância da cidade, destacando as altas arrecadações provenientes das produções de exportação, principalmente no que se referia à produção de cera e às belezas naturais da cidade, além do quanto à cidade vinha evoluindo após a Revolução de 1930 e as políticas modernizantes do Estado Novo.

De acordo com o (*Almanaque da Parnaíba* 1941, p. 281-293): “O Município de Campo Maior é, sem favor, um dos mais ricos e prósperos do Estado do Piauí, embora sujeito aos ataques periódicos da seca, em razão de sua situação geográfica.” *Almanaque da Parnaíba* (1941, p. 281-293).

O periódico, em seguida, apresenta uma crônica específica dedicada a tratar da produção de cera na Terra dos Carnaubais. Nessa abordagem, é exibido um quadro intitulado “Rendas Orçamentárias”, no qual são detalhadas as arrecadações obtidas pelo município de 1930 até o segundo semestre de 1940. Um ponto relevante que merece atenção é que, de forma gradativa, à medida que os anos se aproximavam do período da Segunda Guerra Mundial, os valores apresentaram um crescimento constante *Almanaque da Parnaíba* (1941, p. 285).

Quadro 3 – Rendas orçamentárias de Campo Maior-PI (1930 a 1940)

Ano	Arrecadação
1930	51:791\$300
1931	77:624\$000
1932	132:069\$000
1933	130:281\$000
1934	171:931\$000
1935	249:626\$000
1936	318:950\$000
1937	417:111\$000
1938	352:835\$800
1939	679:452\$300
1940 - 1º semestre	647:998\$700
1940 - 2º semestre	400:000\$000

Fonte: *Almanaque da Parnaíba* (1941, p. 285).

Conforme o quadro apresentado, o *Almanaque da Parnaíba* (1941, p. 285) aponta que o principal motivo para o aumento das receitas estava relacionado à matéria-prima mais valiosa da região: a cera de carnaúba. No entanto, os resultados positivos alcançados ao longo da década destacada só foram possíveis graças à intervenção da prefeitura, sob a gestão de Francisco Alves Cavalcante, e do interventor federal Landry Sales, em nível estadual. Essa intervenção ocorreu por meio da anulação dos contratos de aforamento, ou seja, da retomada dos carnaubais com o objetivo de ampliar a produção de cera para exportação. Veja a seguir o que relata o periódico *Almanaque da Parnaíba*:

“É conhecido de todos o importante papel que desempenha na vida econômica do Piauí, a cera. Sendo como é [...] reivindicando para o patrimônio Municipal, os grandes carnaubais compreendidos numa área de quatro Léguas quadradas, carnaubais estes que estavam sendo aforados a particulares com assustador prejuízo para o Município. insignificância de Rs 299\$100, enquanto que no ano corrente os mesmos já renderam Rs 482:885\$100, tendo ainda em depósito cerca de 15.000 kg de Cera, num valor aproximado de Rs 250:000\$000 [...] outro modo auxiliadas. De tudo isso, resulta o que se pode chamar uma administração proveitosa, uma verdadeira escola de trabalho. Campo Maior pode orgulhar-se de estar seguindo o ritmo preconizado pelo Estado Novo. O prefeito Francisco Alves Cavalcante, tem sabido corresponder a confiança nele depositada pelo Excelentíssimo Senhor interventor Dr. Leônidas de Castro Melo. E, graças a visão deste Prefeito dinâmico o Município de Campo Maior, célula viva da Pátria, dentro de suas possibilidades moirêja de sol a sol em prol do fortalecimento e da grandeza nacional.” *Almanaque da Parnaíba* (1941, p. 283-291)

Diante disso, torna-se essencial entender o quanto as terras de carnaubais adquiriram valor durante o auge da produção de cera para exportação e também nos períodos subsequentes, quando as propriedades passaram a estar sob o controle do Estado na Era Vargas, sob a supervisão de intervenientes como Landri Sales, que ficou no poder entre 1930 a 1933 e 1935 a 1937; Leônidas Castelo Branco, que ocupou o cargo entre 1937 e 1942; e, por último, Alfredo Freire, que permaneceu de 1942 até o fim do Estado Novo.

Nesse contexto histórico do Estado Novo, é notório observar, ao ler a crônica produzida pelo periódico *Almanaque da Parnaíba* (1941, p. 283-291), em que o redator exalta o administrador público municipal Francisco Alves Cavalcante e seus feitos como uma "verdadeira escola de trabalho" naquele momento.

A frase "verdadeira escola de trabalho", destacada anteriormente, pode ser associada à ideia de "disciplina", pois se alinha à doutrina do governo e à ideologia pregada no Estado Novo, onde o alcance do progresso econômico só poderia ser possível através da produtividade e organização.

Dessa forma, o trabalho era valorizado e pregado para toda a nação em prol do "progresso" tão desejado para o país. O conceito "escola de trabalho" sugere então uma sociedade organizada, rígida, onde existe uma hierarquia de poder e na qual os indivíduos normalizavam o cumprimento de funções, obedecendo às normas moralmente impostas na sociedade, metaforizando um ambiente escolar (Pinto, 1999, p. 305).

Por trás desse discurso, há outra face, que é o controle social e da força de trabalho por meio da hierarquia. É evidente o quanto a administração local estava alinhada com o projeto controlador estabelecido pelo Estado Novo, cumprindo bem seu papel a nível local.

Em um contexto posterior, na década de 1960 e na primeira metade de 1970, o Estado do Piauí buscou manter a produção de cera de carnaúba, mesmo com o aumento gradual dos preços em meio à crise no setor extrativista da carnaúba (1979, p. 13).

No entanto, a manutenção dessa atividade de forma estável, mesmo em tempos de crise, pode ser interpretada como uma forma de resistência camponesa, que frequentemente dependia dessa atividade para sobreviver.

Quadro 4 – Produção da cera de carnaúba em toneladas segundo microrregiões (1960)

MICRORREGIÕES HOMOGENEAS	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	
01 - Baixo Parnaíba Piauiense	511	543	440	442	482	502	486	445	475	629	608	631	710	807	747	
02 - Campo Maior	1.329	1.347	1.370	1.312	1.376	1.376	1.324	1.589	1.379	1.567	1.586	1.220	1.362	2.582	1.828	
03 - Teresina	534	678	584	533	497	515	519	498	470	474	498	548	583	594	438	
04 - Médio Parnaíba Piauiense	14	14*	13	17	18	14	15	26	30	31	31	31	32	35	36	
05 - Valença do Piauí	101	105	108	96	106	109	103	94	86	91	102	108	106	101	103	
06 - Floriano	247	260	237	192	218	218	195	167	178	232	258	266	225	214	277	
07 - Baixões Agrícolas Piauienses	466	478	485	423	490	481	465	469	481	514	512	545	657	562	693	
08 - Alto Parnaíba Piauiense	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
09 - Médio Gurupiá	4	4	4	3	4	4	4	3	3	3	3	3	-	1	2	
10 - Altos Piauí e Canindé	181	189	189	221	161	159	126	139	170	176	168	138	231	96	157	
11 - Chapadas do Extremo Sul Piauiense	3	4	4	3	3	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESTADO		3.390	3.522	3.434	3.242	3.355	3.380	3.239	3.430	3.272	3.717	3.765	3.490	3.906	4.992	4.261

Fonte: Cepro (1979, p. 13)

Um dos fatores que contribuíram para a estabilidade na produção foi a grande dependência do trabalhador rural de Campo Maior dessa atividade econômica. Em outras palavras, a produção permaneceu praticamente estável, mas as condições já não eram mais as mesmas da primeira metade do século XX.

Observa-se que a região de Campo Maior ainda apresentava altos números de produção no Estado do Piauí, mas o ciclo da carnaúba estava em decadência, mesmo com essa atividade ainda sendo a principal fonte econômica do município.

Para finalizar esse tópico, será abordada a questão agrária campomaiorense na segunda metade do século XX, apresentando um quadro produzido pelos estudos da Cepro (1979, p. 31), que evidencia o nível de desigualdade e o alto índice de concentração de terras no município, como pode ser visto a seguir:

Quadro 5 – Estrutura fundiária de Campo Maior em 1970

GRUPOS DE ÁREAS EM HEC- TARES	ESTABELECIMENTO		ÁREA TOTAL		ÁREA MÉDIA
	nº	%	ha	%	
0 ~ 5	36.103	77,1	46.448	2,6	1,3
5 ~ 10	1.471	3,1	9.400	0,5	6,4
10 ~ 20	1.499	3,2	20.420	1,1	13,6
20 ~ 50	2.361	5,0	76.464	4,3	32,4
50 ~ 100	2.014	4,3	138.379	7,7	68,7
100 ~ 500	2.660	5,7	573.448	32,1	215,6
500 ~ 1.000	430	0,9	291.615	16,3	678,1
1.000 ~ 10.000	270	0,6	521.663	29,2	1.932,0
10.000 ~ a mais	6	0,0	110.388	6,2	18.398,0
TOTAL	46.814	100	1.788.225	100	38,2

Fonte: Cepro (1979, p. 31)

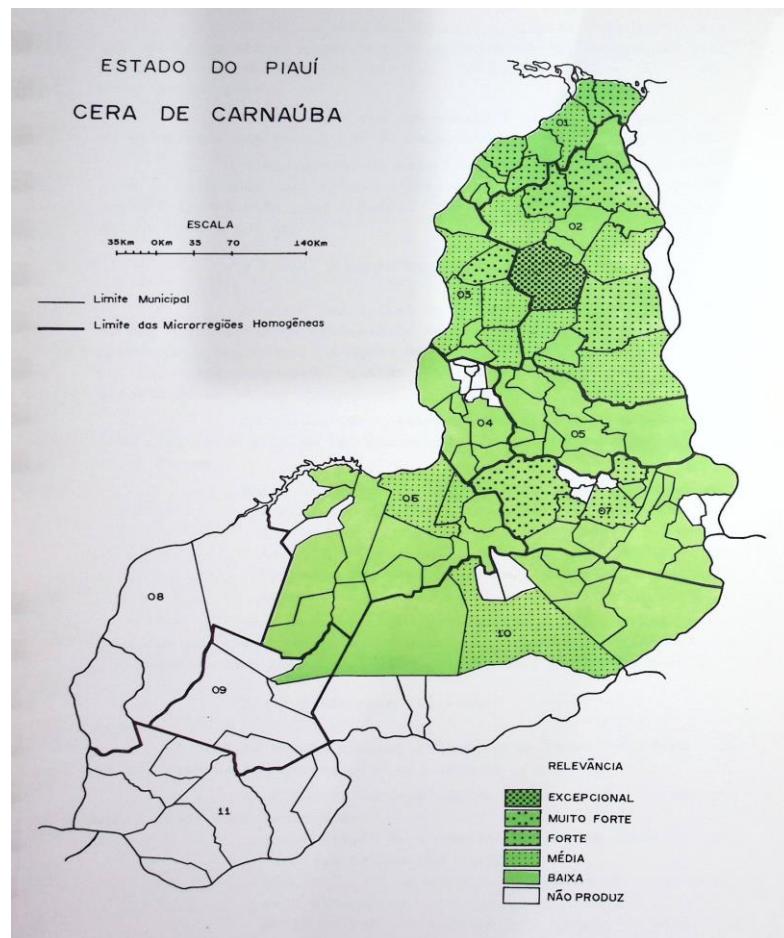
Observa-se no quadro que 77,1% das propriedades rurais correspondem a apenas cerca de 2,6% do total de 1.788.225 hectares de terra pertencentes ao município de Campo Maior, onde a maioria da população rural se fragmenta em propriedades com menos de 5 hectares, sendo a área média de cada propriedade de 1,3 hectare. Isso, em comparação com as propriedades com mais de 10.000 hectares, que compreendiam apenas 6 propriedades, com uma área média de 18.398 hectares na região dos carnaubais.

Sendo assim, esse era o principal fator que determinava o desenvolvimento da atividade econômica extrativa da carnaúba, pois os camponeses não tinham alternativas econômicas, a não ser trabalhar nas grandes propriedades de forma desumana e exploratória, visto que esses indivíduos não tinham acesso a créditos bancários para fazer investimentos no campo, nem possuíam terras para se estabelecer de forma digna. A única opção seria migrar para outras regiões do país. Segundo Rocha:

As relações então estabelecidas entre os proprietários de terra com o trabalhadores, posseiros ou os que passaram sob sistema de moradia em áreas de desenvolvimento da pequena agricultura produziram um vínculo de dependência à terra e exploração, que não obstante se desdobraram em violência no campo e deram a esses sujeitos, “cativos” à terra como muitos desses lavradores passaram a se apresentar, uma experiência de classe necessária para os seus enfrentamentos enquanto migrantes nas terras amazônicas, cujo fluxo teve aumento acentuado a partir da década de 1970. (2022, p. 109)

Em meio a uma cadeia que não beneficiou de formação de alguns camponeses menos abastados, mas em que muito se falava sobre desenvolvimento ou modernização do meio rural por parte das autoridades políticas para substituir a forma rudimentar do trabalho rural, Rocha (2022, p. 109-112) afirma que a verdadeira face por trás desse discurso era o controle da força de trabalho camponesa. Buscando escapar do “cativeiro” formado por toda uma conjuntura político-econômica baseada no capitalismo de mercado, muitos camponeses optaram pela migração como alternativa para fugir das condições daquela época. Esse aspecto será abordado com mais profundidade futura.

Figura 1- Mapa do Piauí e a relevância por município na produção da cera de carnaúba



Fonte: Cepro (1979, p. 13)

O mapa apresentado acima, produzido pelos estudos da Cepro (1979, p. 13), mostra como era desenvolvido o ciclo da carnaúba no Piauí na segunda metade do século XX, destacando o norte e centro-norte. Ou seja, quase todo o Estado utilizava essa atividade econômica e já vivia tempos de crise.

A partir de 1950, no Brasil, começou-se a internalizar a ideia de progresso e desenvolvimento pela agricultura, muito por influência norte-americana e sua visão ocidental de progresso. Para sustentar essa ideia, o progresso tinha como missão melhorar todas as searas das sociedades ditas de "terceiro mundo". No cenário global, nessa época, estava acontecendo uma polarização política e ideológica entre duas grandes potências mundiais, a URSS (União Soviética) e os EUA com capitalismo de mercado, o que exerceu uma influência política e ideológica muito maior aqui no Brasil após a década de 1960. O regime ditatorial imposto pelos militares tinha o apoio dos EUA, tanto em nível regional quanto global, como coloca Mendonça (2009, p. 142-143).

A ideia de progresso e modernização no campo acarretou diversos problemas sociais, pois essa política modernizadora, que também pode ser intitulada "revolução verde", buscava mecanizar o trabalho no campo com novas tecnologias. Dessa forma, o camponês, que já atravessava um processo histórico de exploração desde a Lei de Terras de 1850, agora se via totalmente excluído da ideia de progresso modernizante no campo.

Vale ressaltar que esse discurso de progresso, mais do que um conceito filosófico, estava associado à ideia de dominação, sendo utilizado como estratégia de marketing para propagar essa visão no Terceiro Mundo, mostrando a necessidade de desenvolvimento, ou o que ainda era considerado atrasado, pobre, arcaico, etc. Sobre isso, Mendonça (2009, p. 144) afirma:

O desenvolvimento se tornou um estilo de dominação, reestruturação e apropriação da própria autoridade sobre o Terceiro Mundo [...] O discurso do desenvolvimento se desdobrou num aparato institucional extremamente eficiente, destinado à produção de conhecimentos/práticas de poder sobre o Terceiro Mundo, integrado por várias agências e agentes surgidos entre 1945-1955, que não cessaram de produzir novas teorias e estratégias. O desenvolvimento disponibilizou uma forma de gerir o Terceiro Mundo, espaço próprio para os “povos submetidos”, que assegurava, simultaneamente, o controle sobre ele. Falar do desenvolvimento como experiência histórica singular remete à criação de um domínio de pensamento e ação. Mendonça (2009, p. 144)

Tomando como base o que foi afirmado por Mendonça (2009, p. 144), isso consequentemente intensificou a desigualdade social, o trabalho em condições sub-humanas, a fome e a exclusão dos campões por uma política de "progresso e modernização". Isso gerou um movimento de migração para outras partes do Brasil, onde os campões buscavam melhorar de vida, pois tal melhoria era pregada pelas autoridades em prol de uma política de integração do país por meio de novas fronteiras agrícolas, especialmente no Norte e Centro-Oeste do território brasileiro. Sobre isso, Rocha afirma:

As décadas que se seguiram os anos de 1960 marcar um período de declínio buscarativismo do babaçu não andamento nas regiões norte do estado do Piauí me dar carnaúba que combinado com a rede de atração de mão-de-obra para regiões da Amazônia crise no sistema de moradia em contexto regional caracterizou Um período de saída de levas de migrantes para trabalhar em áreas de expansão agrícola. (2023, p. 253)

Portanto, não havia espaço para o camponês onde quer que fosse, e isso se torna mais evidente pelos altos números de migrações de retorno no Nordeste, por exemplo. Dessa forma, o que restou para o camponês foi se politizar, conhecer sua posição e buscar mudar. Durante a República Populista, muito se discutiu sobre a reforma agrária, houve a instalação de muitos sindicatos e, mais à frente, a formação das ligas camponesas. Ou seja, todas essas medidas tomadas foram organizadas politicamente e podem ser vistas como atos de resistência camponesa, fruto de todo um processo histórico no qual esses indivíduos foram explorados por um sistema capitalista que buscava a ideia de progresso e modernidade, com base em relações de trabalho sub-humanas e injustas.

2.2 Práticas do Extrativismo da Carnaúba

Este subcapítulo não poderia ser iniciado sem, primeiramente, descrever uma das principais árvores do Nordeste brasileiro, pois essa planta representa grande importância para a vida de quem depende dela para sobreviver no sertão nordestino. Ela também é um dos principais motivos da existência deste trabalho, pois os indivíduos que trabalham com a palha e a cera no sertão campomaiorense, juntamente com a carnaubeira, acabam gerando grande impacto nas relações econômicas e sociais diárias. Portanto, é por meio do interesse em buscar experiências, práticas e costumes em meio a essa atividade econômica que este trabalho propõe como objeto principal de estudo.

A Carnaúba, nome de origem tupi que significa "árvore que arranha", é uma árvore genuinamente nordestina, com ocorrência principalmente nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão. Tratando-se de uma planta xerófita e tropical, ela exige temperaturas elevadas, entre os limites de 26°C a 35°C, e tem seu melhor desenvolvimento na produção da cera em regiões de baixos índices pluviométricos, com 790 mm. No entanto, também aparece em regiões onde as chuvas são mais intensas, com pluviometria superior a 1.500 mm (SUDENE, 1972).

Essa árvore passou a ser conhecida como *Copernicia cerifera*. Sua primeira descrição foi feita por Jorge Marcgrav, publicada pela imprensa *Historia Naturalis Brasiliae*, editada

em Amsterdã em 1648 (CEPRO, 1979). Arruda da Câmara, grande idealista social e político, mas também importante estudioso na área da botânica realizou, em 1976, um trabalho para divulgar a carnaúba, trazendo uma grande referência à cera que a árvore produzia. Arruda nomeia a árvore como *corypha cerifera*, que passou a ser chamada posteriormente de *arrudaria cerifera*. No entanto, o primeiro a batizar a árvore cientificamente foi Martius, médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil no século XIX, com a nomenclatura de *Copernicia cerifera*, em referência ao formato circular no tronco da carnaubeira e em homenagem a Nicolau Copérnico, grande matemático e astrônomo do século XV que desenvolveu a teoria heliocêntrica do sistema solar. O segundo nome se deve ao pó que existe na folha, rica em cera. Apesar de o primeiro nome ser legítimo, atualmente o nome científico é *Copernicia prunifera* (Alcobaça, Carvalho, José, 2008).

Sobre a Carnaúba, árvore símbolo do Piauí, sua utilidade no território piauiense inicialmente era aproveitada por habitantes locais na construção de estabelecimentos rurais, na arquitetura urbana ou, ainda, no fabrico de utensílios como chapéus, cordas e o pó em vela, sendo esta última mais utilizada nas últimas décadas do século XIX (SANTANA, 2017).

O seu principal produto, a cera da carnaúba, era explorada por grandes, médios e pequenos proprietários. No caso das grandes propriedades, a obtenção desse produto era feita principalmente por meio do sistema de arrendamento de carnaubais (CEPRO, 1979).

A renovação dos carnaubais ocorre de forma natural, ou seja, anualmente, quando seus frutos ficam maduros, se desprendem dos cachos e caem no chão. Quando chega o período das chuvas, o nascimento de novas carnaubeiras tende a ser facilitado, caracterizando assim uma grande façanha da natureza em relação a essa árvore.

Essa atividade econômica se evidencia como ecológica, pois todos os anos há a possibilidade de extrair novamente suas folhas para a extração do pó e a produção de sua cera. No entanto, um ponto que deve ser ressaltado é o fato de algumas práticas nessa atividade não serem executadas de forma responsável, tendendo a maltratar a árvore e fazendo com que ela perca sua vida, caso não seja cortada corretamente (CEPRO, 1979).

Sobre algumas curiosidades a respeito das práticas dos trabalhadores da carnaúba, de acordo com uma entrevista realizada com o senhor Domingos, na comunidade Lagoa Seca, localizada no município de Campo Maior-PI, em 2023, o mesmo relata que a árvore pode produzir de 38 a 45 folhas de palha em média e que, com a retirada das folhas, cada feixe deve conter 50 folhas. Assim, fazendo as contas, para se obter um milheiro de palha, é preciso

fazer 20 feixes. No entanto, o senhor Domingos relata que os terrenos de carnaubais não apresentam a mesma característica. Conforme Domingos (2023):

Mas esse ramo da palha da carnaúba varia muito. Tem terreno em que a gente tira a palha e o milheiro não dá nem 3 kg de pó. Já em outros lugares, ou em outro ano, pode dar 6 ou 7 quilos de pó. Então depende muito, porque tudo depende da palha e do local. Vamos supor: tem terreno com uma parte mais arenosa ou salitrosa, ali é ruim de pó. Então, pode ser que três pessoas tirando em um terreno consigam mais pó do que cinco ou seis pessoas em outro terreno. Outra coisa que eu vou lhe dar de exemplo, que é um problema para quem trabalha com a palha, é que, às vezes, a pessoa compra uma propriedade e começa a tirar a palha achando que todo dia vai obter a mesma quantidade de pó. Mas não é assim, porque as coisas da natureza não funcionam dessa forma, tudo depende. (DOMINGOS, 2023).

Como é observado nesse relato, o senhor Domingos demonstra saber mais do que se imagina a respeito do ofício que executa. Em um pequeno relato como esse, o trabalhador da carnaúba aborda a influência das condições ambientais para a realização dessa atividade, destacando questões como as condições geográficas do solo, que estão intrinsecamente ligadas à produção, tanto em sua quantidade quanto em sua qualidade.

Outro ponto a ser analisado é o relato do senhor Domingos, que afirma: “Então, pode ser que três pessoas tirando em um terreno consigam mais pó do que cinco ou seis pessoas em outro terreno”. Ou seja, a produtividade não está relacionada apenas à quantidade de trabalhadores envolvidos no ofício, mas também à qualidade do ambiente em que ocorre a extração das palhas.

O saber empírico do trabalhador, demonstrado em seu relato, evidencia a importância do conhecimento que os trabalhadores rurais possuem em nível local para a sua própria sobrevivência. É por meio dessas observações cotidianas que eles se adaptam ao ambiente em que vivem.

Por último, e não menos importante, a sustentabilidade dessa atividade também está presente no relato. O conhecimento do trabalhador sobre a prática o ajuda a compreender quando uma extração não trará rentabilidade, poupando tempo no dia a dia daqueles que já conhecem os atalhos desse ofício em seus cotidianos.

Figura 2 – Carnaubeiro da localidade Água Branca mostrando os produtos feitos pela cooperativa



Fonte: Arquivo pessoal, 2023

Sobre sustentabilidade, o extrativismo da carnaúba, além da produção do pó e da cera, apresenta diversas alternativas para a sobrevivência do homem do campo, caracterizando-se como mais uma forma de resistência camponesa. É o caso da família do senhor Domingos. Além de extraírem a palha e produzirem o pó cerífero, a família, com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campo Maior, criou uma cooperativa de mulheres que lidam com o artesanato. Segundo Domingos (2023):

Hoje, com a cooperativa, que dizem ser para fugir do trabalho escravo, vamos supor que eu vá para o carnaubal junto com você para tirar um milheiro de palha. Eu não sou seu patrão, nem você é meu patrão, porque nós vamos trabalhar em parceria. Trabalhando juntos, vamos pagar a renda, e o que sobrar será nosso. Se a gente tiver prejuízo, pega todo mundo; se a gente ganhar, ganha todo mundo. Estou falando isso por causa da cooperativa, né? Ela não quer mais que se pague diária, agora é tudo dividido meio a meio. Ninguém é patrão de ninguém. Inclusive, a cooperativa fala que não quer mais que a gente trabalhe com diária, e sim dividindo os ganhos. Por exemplo, é errado o cara vir lá do Ceará para trabalhar aqui na Chapada? Não é, contanto que o cara que está contratando pague as demandas de acordo com o que é obrigado. NONATO (2023)

Domingos menciona a mudança nas relações de trabalho por meio da cooperativa, substituindo o patrão pelo regime de parceria, quebrando assim o paradigma da hierarquia tradicional no mundo rural, onde todos os trabalhadores são iguais em suas relações, uns com os outros, dividindo lucros e prejuízos. Esse relato traz à reflexão sobre a democratização das relações de trabalho no mundo rural. Apesar de ainda existir modelos arcaicos e ilegais, nota-se que isso, aos poucos, está mudando, e órgãos como o sindicato lutam em prol da autonomia dos trabalhadores rurais, como foi o caso da cooperativa.

A solidariedade é demonstrada entre os trabalhadores também na forma de cooperativas, onde a divisão dos ganhos é justa e digna, fugindo da ideia de trabalhar por diária ou trocar por alimento ou moradia. Observe bem, não está sendo dito aqui que o modelo antigo está extinto, visto que ainda existem formas de trabalho análogas à escravidão no ciclo econômico da carnaúba.

De acordo com Rocha (2022, p. 118), a preocupação por parte das autoridades em favor do combate ao trabalho escravo no Piauí só iniciou com expressividade em 2004. Ou seja, ainda é algo muito recente. Em 20 anos muita coisa mudou, claro, mas ainda existe muita injustiça. Ainda existe muito a mudar em relação ao camponês e suas condições no ciclo da carnaúba. Conforme Fontenele:

Assim, o trabalho degradante, principalmente no meio rural piauiense vem ganhando amplo espaço de debates nos órgãos de manutenção do trabalho como o Ministério Público do Trabalho, uma vez que os flagrantes de trabalho degradante na cadeia produtiva da cera de carnaúba vêm se tornando algo frequente. Essas denúncias atuais possibilitou-nos questionar as condições da mão de obra na produção da cera de carnaúba no Piauí no século XX, devido principalmente ao fato de que se constitui como momento de ampla discussão sobre trabalho e trabalhadores. (2017, p. 27)

Com base na citação direta acima, é possível compreender que as relações de trabalho dos camponeses no ciclo da carnaúba, em condições degradantes, representam um processo histórico que ainda reverbera no tempo presente. Nos últimos anos, após intensos debates sobre o desrespeito aos direitos humanos desses indivíduos, os serviços públicos responsáveis pela fiscalização e denúncia dessas situações têm agido de forma mais efetiva.

2.3 Dinâmica e Organização do Extrativismo no Carnaubal

No tocante à extração do pó e à produção da cera da carnaúba, existem algumas etapas até a obtenção dessas matérias-primas. A primeira delas é o corte das folhas, realizado de forma manual com o uso de uma vara de bambu, que contém uma foice em sua extremidade.

De acordo com Alcobaça, Carvalho e José (2008), nas mesorregiões Norte e Centro-Norte do Piauí, a exploração da carnaúba ocorre entre julho e dezembro. No entanto, em alguns municípios localizados nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste, o período de exploração se inicia em junho e se estende até novembro, com a chegada do período chuvoso na região.

Em 1952, a *Revista Brasileira de Geografia* registrava todas as etapas do extrativismo vegetal da carnaúba, começando pela função do vareiro. Este é o primeiro passo da extração, onde o trabalhador utiliza uma vara de bambu com uma foice em sua extremidade, sendo necessário ter cuidado ao retirar as folhas para não danificar a planta, que precisa delas para se regenerar. Conforme a Revista Brasileira de Geografia:

“Para a extração da cêra, a palha é cortada por um caboclo que teve tempo de aprender as manhas do vento. É um serviço cheio de perigos ao menor descuido. A copa da carnaubeira é muito alta e, para alcançá-la, tem o caboclo que usar uma pequena foice recurva, engastada na ponta de uma longa vara que mede até sete braças, ou mais, de comprimento [...] A palha ao ser degolada, cai verticalmente, exigindo do cortador muita perícia, para não ser atingido por uma verdadeira flecha de espinhos.” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1952, p. 369)

A Revista Brasileira de Geografia de 1952, na página seguinte, ilustra a prática do extrativismo da carnaúba. A imagem mostra, primeiramente, um homem com uma aparência mais experiente, segurando em sua mão uma vara de bambu com uma foice em sua extremidade. Esse indivíduo representa o vareiro. Logo atrás, a imagem evidencia a figura do cortador, que separa as folhas de acordo com seu tipo específico para cortá-las adequadamente. Por fim, à direita da imagem, observa-se o transporte, representado por um jumento, animal de carga mais resistente para esse tipo de serviço no âmbito nordestino, que levará todos os feixes de folhas ao lastro, local de secagem das palhas.

Figura 3 – Ilustração do extrativismo vegetal da carnaúba



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, 1952, p. 370

Vale ressaltar que a extração do pó da carnaúba necessariamente precisa acontecer no período de ausência das chuvas para que o pó seja retirado das palhas com qualidade. A segunda etapa do processo de extração é a secagem das folhas, que ocorre em um local denominado de palheiro ou lastro (área destinada à secagem das folhas em terra batida) durante cerca de 10 dias sob a luz solar. Sendo assim, as chuvas interferem no processo de extração do pó e na produção da cera (Alcobaça, Carvalho, José, 2008).

Com relação ao transporte até o lastro, ele geralmente é realizado com o uso de jumentos, animais que tendem a ser mais resistentes a esses tipos de serviço. Contudo, é importante destacar o papel feminino e infantil nessa atividade econômica, visto que mulheres e crianças participam desse processo de produção, exercendo funções que “não lhes oferecem riscos”. No entanto, é evidente que esse trabalho não é fácil para essas pessoas, que precisam realizar todo esse processo sob o sol intenso do sertão. Ou seja, é um trabalho árduo tanto para os homens quanto para os animais, que precisam sustentar o peso das palhas até o lastro várias vezes ao dia, como será citado a seguir, de acordo com a Revista Brasileira de Geografia:

A tarefa de recolher, conduzir e esfiapar as palhas é sempre feita por menores e mulheres. É um serviço leve e sem risco, no qual o trabalhador aproveita os filhos mais novos. Como meio de transporte usam jericos pacientes e vagarosos, que ficam cobertos pela curiosa carga, em meio da qual emergem as imensas orelhas, e as pernas curtas e finas que mal sustêm o corpo. (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1952, p. 369):

Sobre a fase da secagem, a edição da CEPRO de 1979 apresenta alguns pontos negativos quando realizada em terra batida. São eles: a incorporação das impurezas ao pó

quando este entra em contato com o chão, a probabilidade de umidade do solo durante a secagem e a perda de parte do pó quando ele cai no solo e é levado pelo vento. Esse procedimento ainda é o mais utilizado entre os trabalhadores, mesmo com a existência de novas tecnologias, pois essas novas práticas não são viáveis para os mesmos, sendo empregadas apenas em propriedades que possuem recursos.

Em seguida, após a secagem os trabalhadores juntam as folhas em feixes e as levam à fase da "batição". Nesta etapa o pó que está contido nas folhas da árvore se desprende facilmente. Assim, ele é extraído manualmente por um trabalhador chamado "batedor", que faz uso de um "cacete" para a retirada do pó cerífero. Logo após esse pó será enviado para o processo de produção da cera.

Vale lembrar que durante a citação anterior, não foi mencionada uma função também essencial: a do bagaceiro. Este é responsável por recolher as folhas após a extração do pó na batificação. O restante da palha é chamado de bagana, que geralmente é utilizada na cobertura do solo, com a função de fertilizante.

Alcobaça, Carvalho e José (2008, p. 366) afirmam que a trajetória da extração do pó não exige um grau de estudo elevado para a realização das tarefas. Ou seja, a atividade depende unicamente da força e da destreza dos trabalhadores durante a execução.

Figura 4 – Secagem da palha da carnaúba no Assentamento Lagoa Seca na zona rural de Campo Maior- PI



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

Por meio de uma entrevista com o senhor Antônio Pereira, lavrador e trabalhador da carnaúba no município de Campo Maior, que atualmente reside no assentamento Lagoa Seca,

a aproximadamente 30 km da zona urbana, ele descreveu como era o processo de produção da cera de carnaúba. Segundo Antônio, todo o trabalho era feito de forma artesanal. Após a retirada da palha e as etapas seguintes, já mencionadas anteriormente, a produção acontecia dentro de sua própria casa, como veremos a seguir:

Não, de primeiro a gente derretia o pó para vender a cera, hoje não porque tem as fábrica aí né, as empresa que compra o pó né, aí elas que fazem a cera, mas antes a cera era derretida mesmo caseira, a gente antigamente derretia, fazia em casa para vender, hoje essas empresa aí só querem comprar o pó para levar para as própria fábrica que tem laboratório né, para fazer análise do pó [...] antigamente esse derretimento a gente fazia em casa mesmo na lenha, colocava o pó na lenha aí derretia e fazia a cera, o pó desmanchava e ficava líquido né, aí a gente botava nas vasilha e quando esfriava que secava a gente quebrava ela e botava naquelas saca de estopa né, aí levava para vender. ANTÔNIO PEREIRA (2023)

Conforme relatado pelo senhor Antônio, fica evidente que, com a inserção de novas tecnologias pelas indústrias, estas passaram a adotar determinadas exigências para garantir a qualidade do produto.

No depoimento do carnaubeiro, percebe-se que, anteriormente, o trabalhador tinha total controle sobre o processo produtivo, cabendo às empresas apenas a compra da cera já pronta, produzida pelos próprios trabalhadores da palha. Algumas dessas empresas eram especializadas na comercialização da matéria-prima e não demonstravam interesse na fabricação de derivados. Considerando que a maior parte da cera produzida no Piauí era destinada à exportação, é possível que não houvesse um número significativo de indústrias na região para a produção de derivados.

Quanto à inexistência de indústrias em Campo Maior, o jornal *A Luta* (1968), periódico que circulou no município durante a Ditadura Militar e teve mais de dez anos de atividade (1967-1979), exercendo a função de informar a população e participar ativamente da vida social campomaiorense, manifestou opinião sobre essa questão. O jornal criticava a falta de iniciativa por parte dos empresários e daqueles que detinham recursos à época para investir no setor industrial do município (*A Luta*, 1968, p. 5).

Para o redator do jornal, Totó Ribeiro, Campo Maior sofria com a ausência da indústria em seu território. No mesmo texto, ele comparava o município com cidades do Ceará, que possuíam a matéria-prima — a carnaúba — e sabiam utilizá-la para impulsionar o desenvolvimento econômico local. Como alternativa, sugeria a criação de uma indústria voltada para a fabricação de chapéus de palha, aproveitando à árvore mais abundante na região campomaiorense, a carnaúba (*A Luta*, 1968, p. 5).

O campomaiorense tem inteligência e dedicação ao artesanato, porém não recebe incentivo [...] Tal como se verifica se verifica em cidades cearenses, que importam palha da carnaúba e fibras vegetais, em Campo Maior poderia surgir uma organização empresarial para o fabrico de chapéus populares, na certeza de encontrar mercado consumidor nos Estados do norte, nordeste e sul do País. Indústria essa que, até certo ponto, independe de energia elétrica. *A Luta* (1968, p. 5)

Ainda com base nesse discurso, observa-se que o texto foi escrito em 1968, período em que Campo Maior já enfrentava uma forte crise no setor extrativista desde o início da década de 1950. É possível que a alternativa proposta pelo autor tenha como objetivo atender à parcela menos abastada da população, composta, em grande parte, por camponeses que dependiam do extrativismo da carnaúba durante boa parte do ano.

Essa intenção torna-se evidente quando o jornalista sugere uma alternativa para o desenvolvimento industrial do município, destacando que Campo Maior possuía abundância de matéria-prima e uma vasta mão de obra para a concretização do projeto. No entanto, ressaltava que a viabilização dessa indústria dependia de empresários com recursos financeiros e influência política, capazes de obter financiamentos junto a bancos e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme *A Luta*:

Existe a matéria prima necessária para esse empreendimento, o material humano é valioso [...] A realização depende dos homens de iniciativa: que disponham de recursos econômicos, que pleiteiam financiamentos dos Bancos e da Sudene. (*A LUTA*, 1968, p. 5)

A hipótese apresentada no parágrafo anterior, que sugere a preocupação do autor com a falta de grandes oportunidades para os camponeses que dependiam não apenas da agricultura de subsistência, mas também da extração da palha da carnaúba na zona rural, encontra respaldo no fato de Totó Ribeiro ter sido um grande militante e defensor da causa camponesa no município. Em certa ocasião, ele chegou a receber em sua casa o padre Alípio de Freitas para uma conferência com trabalhadores rurais na comunidade Matinhos, com o intuito de conscientizá-los sobre sua força política e social.

O padre Alípio de Freitas, português de origem, destacou-se como ativista político em defesa dos camponeses nordestinos, sendo um dos organizadores das Ligas Camponesas ao lado de Francisco Julião. Após o golpe militar de 1964, foi preso e torturado pela Ditadura Militar, mas essa é uma história que será abordada mais adiante (RAMSÉS, 2015, p. 289).

O texto do jornal *A Luta* (1968, p. 5) evidencia que a cidade carecia de indústrias que impulsionassem seu desenvolvimento econômico e social. Já o relato do senhor Antônio

Pereira (2023) aponta que, no passado, o contexto da comercialização era mais favorável para os trabalhadores rurais, pois não havia uma grande quantidade de indústrias dedicadas à fabricação da cera de carnaúba. Para ele, a chegada das empresas e das novas tecnologias, que passaram a industrializar o pó da carnaúba, praticamente desvalorizou o trabalho artesanal dos carnaubeiros, que antes produziam a cera de forma caseira.

Diante disso, é importante ressaltar que o texto do jornal, escrito por Totó Ribeiro, traz uma reflexão sobre a falta de oportunidades para os camponeses após a crise do ciclo da carnaúba na década de 1950, o que resultou no aumento da miséria e da fome entre os trabalhadores rurais. Muitos deles buscaram alternativas fora de sua região de origem, migrando tanto para o Norte do Brasil, como no caso da extração de látex para a produção de borracha, quanto para o Centro-Sul do país. Sobre essa questão, Rocha afirma:

A região Nordeste é caracterizada como fornecedor histórico de migrantes em busca de trabalho em outras regiões do Brasil, em especial para a Amazônia. No final do século XIX, para a exploração dos seringais, e na década de 1940, incentivados pelo programa de Getúlio Vargas para o projeto de colonização da área. Durante a ditadura militar, houve novas propostas de povoamento da mesma região, em uma circunstância reconhecida como a última fronteira agrícola. (ROCHA, 2023, p. 253)

A historiadora enfatiza a migração como alternativa para os camponeses do Norte e Centro-Norte do Piauí, regiões que dependiam do ciclo da carnaúba até a década de 1950. Diversos fatores contribuíram para esse movimento, principalmente a crise do extrativismo que afetou não só a carnaúba, mas também o babaçu, além do discurso de modernização agrícola na segunda metade do século XX, que intensificou as migrações e o êxodo rural. Cabe destacar que, neste momento, a questão da migração está sendo abordada no segundo contexto apresentado pela historiadora, relacionado ao período da Ditadura Militar.

Sobre o processo evolutivo da produção de cera mencionado pelo senhor Antônio, a CEPRO (1979, p. 21) afirma que mesmo com o surgimento de indústrias que passaram a fabricar a cera por meio de máquinas, os procedimentos rudimentares continuaram sendo praticados. Esses procedimentos eram feitos manualmente pelos trabalhadores rurais que não tinham poder aquisitivo para adquirir equipamentos. Apesar disso, o processo industrial permitiu uma redução da perda de 30% do pó na fase de batificação, conforme a CEPRO:

O processo de obtenção da cera evoluiu bastante nos últimos anos, com a introdução de máquina de bater palha (ou folha), e filtragem por meio de uma prensa hidráulica [...] O processo de constituía [...] da poda, secagem ao sol, batificação a “cacete”, filtragem por meio da prensa rudimentar e colocação em moldes para secar, sendo todas as operações realizadas manualmente [...] deve-se ressaltar que esse processo ainda é utilizado pelos pequenos

produtores que não dispõem de condições financeiras para adquirir a máquina de bater palha, cuja utilização reduz em 30% as perdas do produto na fase de batificação. (CEPRO, 1979, p. 21)

O estudo feito pela CEPRO (1979) expõe indiretamente a desigualdade existente no fluxo comercial, onde as empresas detinham maior competitividade. Com isso, gradativamente, os trabalhadores rurais foram perdendo o controle total da produção artesanal para as grandes e médias indústrias, que pagavam e ainda pagam valores baixos pelo pó extraído, que é a matéria-prima de real interesse delas.

Uma empresa piauiense com filial em Campo Maior na época trouxe novidades para a indústria da cera no Piauí. Trata-se da firma Morais S/A – Indústria e Comércio, responsável pela exportação da cera de carnaúba no Estado e que se tornou um grande símbolo de “desenvolvimento e progresso econômico” no Piauí durante os séculos XIX e XX. A novidade dessa empresa na industrialização, que substituía os processos tradicionais, consistia em quatro estágios, que serão descritos a seguir de acordo com a CEPRO:

1 – O pó cerífero é alimentado por dosadores, para tanque de solvente, cuja finalidade é produzir uma micela em produção determinada pelo pó cerífero com relação ao solvente.

2 – A micela, o pó cerífero e o solvente são bombeados através de um filtro onde são retiradas impurezas e é liberada uma micela pura.

3 – Esta é bombeada, em seguida, para o sistema de destilação do solvente e liberação da cera. O solvente destilado é condensado e é bombeado para o tanque de depósito para ser reciclado. A cera liberada, por sua vez, é logo submetida ao processo tradicional de secagem em blocos, escamas ou pó.

4 – As impurezas, retiradas no filtro acima, são submetidas a um processo de lavagem de contracorrente que recupera vestígios de cera retidos na barra. Para que haja interrupção no processo de lavagem, opera-se com dois filtros. A cera produzida enquadra-se na classificação oficial como cera tipo 4 centrifugada e cera 4 filtrada. As ceras classificadas e refinadas passam, ainda, por um sistema desenvolvido pela Empresa, devidamente patenteado, podendo produzir-se ceras de coloração convencionada previamente e, até, brancas. A aparelhagem para esta operação consiste, basicamente, de dois percoladores de micela, tanques preparadores e um reativador. (CEPRO, 1979, p. 21-22)

Em Campo Maior, no século XX, passou a existir empresas comerciantes que tinham como principal objetivo a exportação de produtos, incluindo a cera de carnaúba. Entre as empresas que negociavam a cera da carnaubeira no município estavam a Casa Alves, empreendimento do maior comerciante da cera em Campo Maior, onde seu empreendimento representava a Casa Inglesa no território campomaiorense e tinha forte parceria com a Empresa Parnaibana, que estava entre uma das maiores exportadoras de gêneros piauienses para o exterior (PEREIRA, 2015, p. 54).

Com o tempo, o comércio internacional passou a exigir padrões para o pó comercializado, e isso, de certa forma, não beneficiava o trabalhador rural sem recursos para financiar grandes tecnologias em favor da realização do beneficiamento do pó que era produzido por eles. A argumentação das empresas e exportadores era que esse padrão deveria existir por causa da oscilação na característica do produto, o que acabava não aumentando as receitas. Ou seja, a qualidade do produto aumentaria a confiança dos investidores e aumentaria as exportações.

As indústrias que financiavam o extrativismo da carnaúba buscavam ter um vínculo indireto com o mesmo, no intuito de não obter compromissos empregatícios e arcar com direitos trabalhistas. Portanto, mesmo com toda a riqueza que essa atividade gerava aos cofres públicos, os lucros não eram repassados de forma justa aos camponeses extrativistas (CARVALHO, 2008; MARIA, 2008).

Dessa forma, essa atividade até hoje ainda se posterga, porque os investimentos no mercado industrial são viáveis, pois proporcionam uma mão-de-obra barata e não têm nenhum tipo de vínculo empregatício que comprometa os seus lucros.

Portanto, a renda desses trabalhadores compreende valores abaixo do salário mínimo do país, o que era pouco para o sertanejo. Entretanto, acaba se tornando uma alternativa para fuga e mitigação da pobreza no campo, mesmo que em péssimas condições para essas pessoas. De acordo com Alcobaça e Carvalho (2008):

O extrativismo da carnaúba é uma atividade desenvolvida há várias décadas no Nordeste brasileiro, mantendo sua importância socioeconômica na geração de emprego e renda para os municípios, especialmente no Estado do Piauí. Considerando que as oportunidades de ocupação no meio rural são escassas no período de estiagem, a carnaúba contribui de maneira eficaz para a fixação do homem no campo. (Alcobaça; Carvalho, José, 2008, p. 375).

Com os detentores de poder no meio rural e uma rede corporativista que tratava os camponeses como "cativos da terra", esses indivíduos estavam à mercê de um sistema que cada vez mais se beneficiava da atividade extrativista, baseada na exploração. Segundo Cristiana Costa (2020):

[...] Para além de problemas operacionais e logísticos dos organismos responsáveis, a descoberta tardia em relação ao uso de trabalho escravo na extração do pó da carnaúba se deve à naturalização da exploração no trabalho, historicamente tolerada por grupos tradicionais e passada de geração a geração. (ROCHA, 2020)

Trabalhar com a palha de carnaúba em boa parte do ano se torna uma forma de fugir da fome e da miséria para muitos dos carnaubeiros, que vivem da agricultura de subsistência. Porém, no período mais seco do ano, é da retirada da palha que a maioria dessas pessoas depende para sobreviver, onde o trabalho assalariado, na sua grande maioria, ainda não é realidade, e o trabalho análogo à escravidão ainda paira sobre a vida dessas pessoas, que naturalizam essas condições como questões de dependência. Com base nisso, Rocha diz:

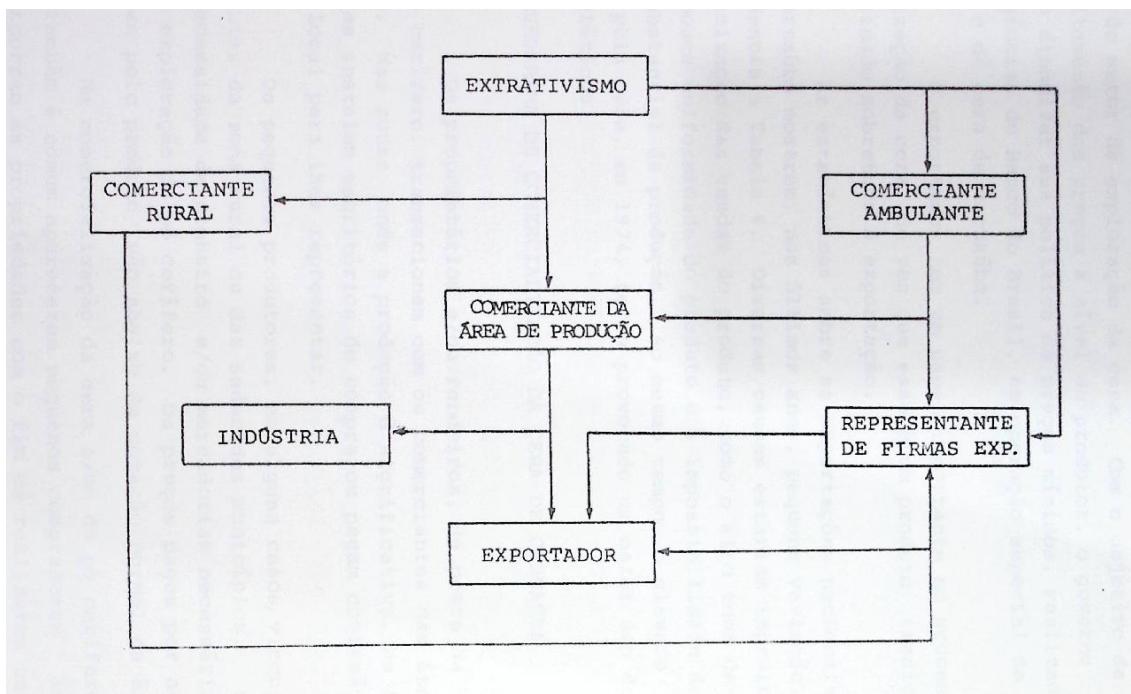
As relações familiares são predominantes e se apresentam como um entrave para o reconhecimento da exploração e trabalho escravo ou análogo à escravidão, frequentemente identificados nas áreas de carnaubais. No Piauí, as operações de combate ao trabalho escravo, em particular em atividades ligadas ao agronegócio, carvoarias e na extração do pó da carnaúba, foram iniciadas de forma mais expressiva a partir do ano de 2004 e apresentam entraves logísticos, além da invisibilidade e reconhecimento do descumprimento de regras trabalhistas e uso do trabalho análogo à escravidão na atividade, em muitos casos pelos próprios extrativistas (ROCHA, 2022, p. 118).

Nota-se que as preocupações com o descaso que esses trabalhadores sofreram durante quase todo o século XX só estão sendo combatidas agora, em menos de vinte anos. Entretanto, a normalização dessas formas de trabalho ainda é um empecilho para mudar esse quadro no ramo dessa atividade econômica, o que torna mais difícil o trabalho de fiscalização.

2.4 A Comercialização e Padronização da Cera de Carnaúba: Impactos Econômicos e Sociais

Sobre as relações econômicas, é preciso observar como funcionava o sistema de comercialização dessa matéria-prima e os valores que eram repassados em cada etapa comercial. A CEPRO (1979, p. 24) apresenta um fluxograma onde enfatiza os caminhos que a cera da carnaúba seguia até chegar ao exportador, o maior beneficiário dessa cadeia comercial, e como o fluxo desse produto influenciava diretamente no seu preço, além da renda dos trabalhadores rurais, que são nosso objeto de trabalho, como você verá a seguir:

Quadro 6 – Fluxograma da cera da carnaúba



Fonte: CEPRO (1979, p. 24)

De acordo com o fluxograma apresentado pela CEPRO (1979, p. 24-28), observa-se que os menos beneficiados pelo setor extrativista da carnaúba são, evidentemente, os produtores rurais. No entanto, não se pode confundir os produtores rurais com os trabalhadores rurais, visto que os trabalhadores rurais eram aqueles indivíduos que geralmente recebiam para trabalhar por empreitada (baseado na produção) ou por diárias, para os proprietários ou arrendatários de terras, recebendo salários muito abaixo do salário-mínimo do país.

Para a realização da extração das folhas da carnaúba e a retirada do pó cerífero, o proprietário recrutava pessoas que moravam em suas posses sob o sistema de “moradia”. Assim, esses indivíduos dependiam dos grandes e médios proprietários, que mantinham seus trabalhadores quase em regime de escravidão, pois, muitas vezes, a forma de pagamento desses trabalhadores era a própria moradia.

Essa problemática reflete o aviltamento dos preços em nível de produtor, ou seja, preços abaixo do valor mínimo do produto no mercado. Diante disso, houve tentativas por parte das autoridades de dinamizar políticas de preços mínimos para a comercialização do produto nacionalmente, através de ações especiais de compra e venda de pó e cera de carnaúba, executadas pelo Banco do Brasil, conforme a CEPRO (1979, p. 24-28).

Sobre o funcionamento do fluxograma exposto no Quadro 5, os proprietários possuíam terras e, às vezes, arrendavam-nas para outras pessoas, chamadas de arrendatários, para extraírem o pó da folha da carnaúba e produzirem a cera. Esses arrendatários faziam negociações com comerciantes das áreas de produção, que eram comerciantes de médio e pequeno porte na cidade, geralmente com armazém, e vendiam o pó para firmas de exportação ou indústrias. Em cidades onde a produção de pó e cera era expressiva, algumas empresas exportadoras instalavam filiais para a compra da matéria-prima, como a Morais & Cia, que tinha sede em Parnaíba, ou pagavam comissões a empresas locais para representá-las, como é o caso da Casa Alves, mencionada no subcapítulo anterior. Esta empresa comercializava vários gêneros, incluindo a cera de carnaúba, e firmava parcerias com a Casa Inglesa (CEPRO, 1979, p. 24-28). Conforme Pereira:

Havia um leque bem mais amplo de produtos que eram comprados tanto de pessoas da cidade, como da zona rural, além de vender “mercadorias em geral”. É importante a ênfase dada às filiais, deixando bem claro que todas eram especializadas em comprar gêneros para exportação, a mola propulsora da economia naquele momento. A Casa Alves, era ainda a representante da Casa Inglesa, uma das maiores firmas de exportação/importação do Piauí na primeira metade do século XX, com sede em Parnaíba. (PEREIRA, 2015, p. 54-55)

Os pequenos produtores rurais geralmente mantinham relações de negócios com comerciantes da zona rural ou das sedes dos municípios, mas acabavam recebendo valores abaixo do mínimo nacional, pois eram forçados tanto pela necessidade quanto para custear os gastos da produção da cera.

Sobre essa situação, o Senhor Antônio, já citado anteriormente, quando perguntado se já havia vivido em condições análogas à escravidão, respondeu que arrendou um pedaço de terra para poder trabalhar e tentar lucrar um pouco com a carnaúba. Na época, ele chamou alguns trabalhadores, mas desistiu de investir, pois, segundo ele, não dava lucro nenhum, apenas despesas. Isso acontecia porque quem arrendava terras geralmente não tinha dinheiro para investir, e poucos possuíam essa condição financeira. Então, a única saída era pegar empréstimo com armazéns ou firmas que compravam o pó para produzir. Entretanto, todo o dinheiro investido teria que ser devolvido, e os valores do pó eram repassados muito aquém do mercado. Veja o depoimento do Sr. Antônio sobre essa situação (ANTÔNIO PEREIRA, 2023):

Não, mas eu sei que a vida de quem trabaia com a Carnaúba é sofrida, algumas pessoas vão trabalhar longe de casa, não tem comida às vezes nem tem como tomar banho, não tem uma vida digna é sofrida muitas coisas.

Muitas vezes a pessoa não come nem meio-dia e não tem nem água para tomar banho, se aquela um pouco debaixo dos pau quando dá no período de intervalo ali que dão. Eu já passei por isso, já. Teve uma época que eu arrendava aqui um Carnaubal que dava 1300 milheiro aí às vezes eu não tinha nem o que comer meio-dia a quentura era muito grande a pessoa não tinha às vezes nem de beber e para descansar ficava debaixo dos pé de pau porque quando ia descansar na casa só dava o tempo de voltar de novo para o serviço, eu saia daqui era 5:30 para 6:00, a gente já chegava aqui às vezes era 7 da noite, quando chegava no final da safra de palha você não encobria nem a dívida, ainda ficava devendo o povo. Cheguei a ficar numa situação de ficar na metade do carnaubal e a dívida tava grande demais, e não encobria porque às vezes você arrendava o carnaubal e no começo o preço do pó era um, quando chegava do meio para o fim do carnaubal o preço do pó já tinha caído pela metade. Aí a gente ficava devendo os trabalhadores, o dono da terra não porque você tinha que as pagar as renda antes de começar a tirar, aí você fica devendo o patrão, devendo os trabalhadores, e na maioria das vezes é o patrão, porque os trabalhadores você tinha que pagar toda semana, né. Aí você pega dinheiro com o patrão para pagar os trabalhadores, né, porque todo final de semana você tem que pagar eles, aí você fica com a dívida. Eu já cheguei a uma situação que tive que trabalhar domingo e dia santo só para encobrir uma dívida pra não ficar devendo, cheguei a trabalhar 17 dias sem tirar dinheiro pra nada, trabalhei até dia de domingo porque cheguei na metade do carnaubal e a dívida tava grande e a palha do carnaubal não dava mais para encobrir, aí tive que arrendar os pedaços do carnaubal e os homens pagava a renda tirando palha pra mim, eu trabalhava e comia lá pelos mato e chegava em casa só de noite, e ainda ficou faltando 15,00 para encobrir a dívida, aí o patrão deixou de mão. (ANTÔNIO PEREIRA, 2023)

Esse relato feito pelo Sr. Antônio evidencia a desigualdade social que existia no setor extrativista da carnaúba, onde os trabalhadores eram os mais afetados por esse sistema. O entrevistado também identifica mudanças nas condições de trabalho, como o ambiente insalubre e a falta de descanso digno. Outra situação observada por ele foi a oscilação no preço do produto com o qual trabalhava, o que dificultava a certeza de que teria rentabilidade no serviço exercido. Por fim, e não menos importante, o Sr. Antônio enfatiza as redes de exploração que existiam no ciclo da carnaúba, onde, muitas vezes, o camponês não tinha renda para trabalhar no extrativismo e se via obrigado a trabalhar de forma desumana ou pedir dinheiro para arrendar um carnaubal e, assim, ficar nas mãos de pessoas com poder.

Além do comerciante da área de produção e do comerciante rural, havia outro personagem que atuava como intermediário entre os produtores e as firmas ou indústrias: o comerciante ambulante. A presença desses negociantes intermediários tendia a reduzir o preço pago ao produtor, comparado aos preços superiores das exportações.

Visto isso, se antes o produtor rural mantinha uma relação direta com as firmas ou representantes de firmas de exportação com maior frequência, agora surgia a figura dos intermediários, que muitas vezes eram financiados pelas indústrias ou comerciantes da área de

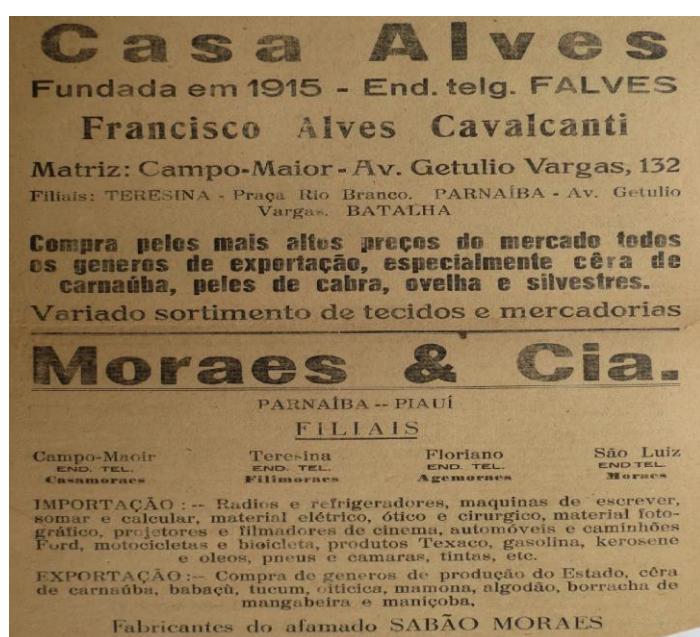
produção ou pelas próprias firmas de exportação. Esse intermédio acabava fazendo com que o preço do pó variasse dependendo de onde o produto estivesse sendo negociado.

É importante enfatizar que, como o Sr. Antônio Pereira (2023) mencionou anteriormente no subcapítulo anterior, a cera de carnaúba, em sua grande parte, era feita de forma caseira. Ou seja, as firmas exportadoras (exportadores), que não devem ser confundidas com representantes de firmas de exportação que apenas compravam o pó ou a cera bruta já feita pelos produtores, pelos pequenos comerciantes ou produtores, realizavam o total beneficiamento da cera ou, com a cera bruta, executavam parte do beneficiamento, já iniciado pelos trabalhadores rurais.

Com relação ao que foi descrito, o jornal *O Estímulo*, periódico que circulava pelo município de Campo Maior, apresentou em 1946 uma propaganda de empresas exportadoras do produto, como a Casa Alves ou a Morais & Cia.

A Morais & Cia tinha um foco maior em produtos extrativistas em geral produzidos no Estado, como a cera de carnaúba, babaçu, tucum, oiticica, mamona, algodão, borracha de mangabeira e maniçoba. Já a Casa Alves apresentava um interesse por todos os gêneros de exportação, especialmente a cera de carnaúba, peles de cabra, ovelha e silvestres. Talvez, pelo fato de a Casa Alves pertencer ao maior comerciante de cera de carnaúba da região dos carnaubais na época, ela tenha querido deixar a imagem de que sua especialidade era o produto mais comercializado do território campomaiorense.

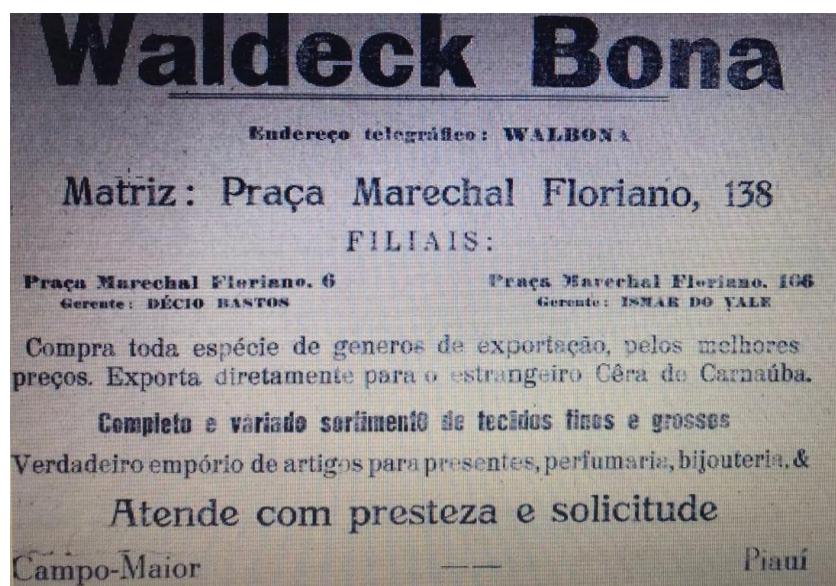
Figura 5 – Anúncio da casa comercial de Casa Alves e Morais & Cia



Fonte: O Estímulo (1946, p. 8)

Outras empresas comerciantes surgiram na cidade, a exemplo da Casa Marc Jacob e da Morais & Cia, que também obtiveram filiais no município, com sede em Parnaíba. Além disso, Francisco Alves Cavalcante, que fundou seu empreendimento em 1915, ainda com 20 anos de idade, esteve à frente da Casa Alves, que, por alguns anos, foi representante da Casa Inglesa na cidade, tornando-se um dos principais comerciantes entre as décadas de 1930 e 1940. Em Campo Maior, também existiram pequenos e médios investidores comerciais da cera de carnaúba, como o caso de Waldeck Bona, que mais tarde se tornou prefeito da cidade (PEREIRA, 2015, p. 54).

Figura 6 – Anúncio da casa comercial de Waldeck Bona



Fonte: O ESTÍMULO, 13 de junho de 1946, p. 04 apud Pereira, 2015, p. 57

Esses estabelecimentos comerciais adquiriam tanto a cera de carnaúba produzida por proprietários privados quanto a que estava vinculada ao patrimônio do município (PEREIRA, 2015, p. 57).

A respeito do escoamento dessa matéria-prima em Campo Maior, por não estar localizada às margens de um rio, utilizava-se vias terrestres para o transporte de mercadorias. No entanto, durante o período abordado, as condições das estradas eram bastante precárias. A cidade estava a aproximadamente 250 km de Parnaíba, um dos principais pontos de escoamento das mercadorias do estado, onde os portos do litoral piauiense desempenhavam um papel estratégico (PEREIRA, 2015, p. 57).

O rio Parnaíba, que se estende por toda a fronteira oeste do Piauí, desempenhou uma função essencial no transporte de produtos extrativistas na primeira metade do século XX. Ele

facilitou a conexão entre o interior do estado e o mercado externo, sendo uma via estratégica para a circulação de mercadorias. No entanto, não faz parte do contexto histórico relacionado à carnaúba em Campo Maior, via de regra (PEREIRA, 2015, p. 57).

Quanto à padronização da cera de carnaúba, com base no Decreto Federal Nº 7.444, de 25 de julho de 1941, o referido texto teve o objetivo de aprovar as novas especificações para a classificação e fiscalização do produto para o mercado externo, pois a cera de carnaúba, um dos principais produtos de exportação do país na época, precisava estabelecer padrões de qualidade para garantir a sua competitividade no âmbito internacional. Segundo a lei, a padronização da cera deveria contemplar cinco tipos de cera, sendo elas:

Tipo 1 - será constituído pela cera amarela, mais ou menos clara, proveniente do pó extraído de olho". Tolerância - Máximo de 0,5 % (meio por cento) de impureza.

Tipo 2 - será constituído pela cera de cor amarela, mais ou menos acinzentada, proveniente do pó extraído de "olho". Tolerância - Máximo de 1 % (um por cento) de impureza.

Tipo 3 - será constituído pela cera clara, de cor castanha, mais ou menos carregada, amarelada ou esverdinhada, proveniente do pó extraído de "palha". Tolerância - Máximo de 1,5 % (um e meio por cento) de impurezas.

Tipo 4 – constituída de cera de cor escura, tendendo a negro, vulgarmente denominada “gorda batida”, proveniente do pó extraído da “palha” contendo no máximo 2,5% de impurezas e, no máximo 6% de humidade.

Tipo 5 - será constituído pela cera de cor esverdinhada, acinzentada ou esbranquiçada, proveniente de pó extraído de "palha". Tolerância - Máximo de 2,5 % (dois e meio por cento) de impurezas. (BRASIL, 1941).

A respeito do fluxograma apresentado no Quadro 5 e da padronização discutida anteriormente, de acordo com uma entrevista realizada com o senhor Domingos Nonato, em 2023, lavrador residente na comunidade Água Branca, na zona rural de Campo Maior, os personagens que mais lucram nesse sistema são os “atravessadores” — ou seja, os intermediários —, juntamente com os exportadores e as indústrias. Além de ser desfavorável ao trabalhador rural, esse sistema força muitos desses indivíduos a viverem em “moradias”, isto é, em terrenos de grandes e médios proprietários. Nessas condições, eles trabalham atendendo, muitas vezes, às vontades dos donos das terras em troca do uso de áreas com carnaubais ou para o cultivo agrícola. Conforme Nonato:

Hoje o cara chega num armazém desses daí e os homem bota o valor lá embaixo. Por que é assim, bota na tua cabeça que quem ganha mais um pouquinho assim é o atravessador e mais ainda as indústrias que é as fábrica né. E eles dizem que o produto está sem valor, como assim está sem valor se só o Brasil tem carnaúba e nem são todos os estados do nordeste que tem. (NONATO, 2023)

Nota-se que Nonato (2023) tem consciência de sua posição nessa cadeia tão desigual e exploratória que é o setor extrativista da carnaúba, mas continua a realizar o ofício de “tirador” de palha, pois é a base do seu sustento no período de estiagem. Assim, é notório o papel do extrativismo como mitigador das péssimas condições para o trabalhador rural que vive da carnaúba para sobreviver. Porém, em seu relato, é evidente que as redes de exploração no ciclo da carnaúba ainda tendem a persistir, com relações tradicionais paternalistas no campo.

3. VIDAS ENTRE PALHAS: MEMÓRIAS DOS EXTRATORES DE CARNAÚBA

O presente capítulo propõe explorar as histórias, tradições e experiências vividas pelos indivíduos que se dedicam ao ofício de carnaubeiro, cujas marcas estão profundamente enraizadas na cultura da “Terra dos Carnaubais”. Em meio às suas vivências, o trabalhador não apenas estabeleceu relações entre a natureza e a terra, mas também desenvolveu uma comunidade que buscou lutar pela sobrevivência e pela dignidade, seja por meios solidários entre si ou por meio de vias administrativas e políticas. Portanto, entre as narrativas orais, as memórias dos carnaubeiros superam o tempo, perfazendo suas experiências e costumes. Ao adentrar neste mundo, é primordial a compreensão do contexto histórico que cerca a atividade carnaubeira em Campo Maior. Desde o início das exportações da carnaúba no início do século XX até os dias atuais, o roteiro de vida desses indivíduos demonstra não apenas a luta pela sobrevivência no campo, mas também o desenvolvimento da identidade desse povo. Por conseguinte, este capítulo buscará não apenas documentar as memórias narradas pelos carnaubeiros sobre suas vidas e seus costumes no cotidiano, mas também suas contribuições para a cultura, política e economia local. Sobre o conceito de memória coletiva, entende-se a memória como um fato social que é delimitado espacialmente por padrões de comportamento de cada grupo social. Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva será significativa para a compreensão de como esse povo construiu sua identidade por meio da extração da carnaúba, na busca pela sobrevivência em meio às adversidades que o homem do campo precisou encarar e enfrentar até hoje. Para analisar as memórias e experiências dos carnaubeiros na zona rural de Campo Maior sob a perspectiva metodológica da história oral, é preciso, primeiramente, compreender um conceito importantíssimo: o conceito de memória, pois este é um elemento essencial na construção da identidade de uma comunidade, um povo, etc.

Para Portelli (2016, p. 7), a história oral é a "arte da escuta", pois as fontes são construídas em conjunto através da relação dialógica entre o historiador e o narrador. Entretanto, sem a figura do historiador, que parte em busca de histórias narradas que façam sentido com o que se está pesquisando, as fontes orais nunca existiriam.

Assim, por meio deste trabalho, foram realizadas várias entrevistas com trabalhadores da palha de carnaúba que exerceram esse ofício durante o recorte temporal deste estudo, com o objetivo de articular as vivências dos carnaubeiros e suas experiências.

Segundo Alberti (2015, p. 15), através da história oral, é impossível acessar a memória de forma contínua, como um filme. Porém, as narrativas e experiências que os entrevistados

oferecem trazem uma impressão de história de vida, ou seja, as memórias fazem você voltar ao passado do entrevistado no próprio presente. Alberti (2015, p. 15) destaca:

Em muitos casos, a entrevista de história oral nos acena com a chance, ou ilusão, de suspendermos, um pouco que seja, a impossibilidade de assistir a um filme contínuo do passado [...] Quando isso acontece é porque nela encontramos a "vivacidade" do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Não é à toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) "viva" [...] A entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado. (ALBERTI, 2015, p. 15)

Essa concepção de uma “memória viva” foi fundamental para compreender as narrativas dos carnaubeiros e de personagens como o Sr. Damião e Luiz Edwirges, que serão discutidos no subcapítulo 2.3 deste trabalho.

Portanto, as entrevistas realizadas durante o processo de síntese desta pesquisa serviram não apenas para resgatar fragmentos das suas memórias, mas também para dar sentido a elas no presente.

. 3.1 A Carnaúba e Seus Homens

Para compreender as expressões de vida dos entrevistados, ou melhor, dos carnaubeiros no caso desta pesquisa, com base em Alberti (2004, p. 18-19), a autora diz que a forma como o historiador lida com a história oral é verdadeiramente hermenêutica, ou seja, é a possibilidade de vivenciar as experiências da pessoa que está sendo entrevistada, compreendendo cada expressão de vivência da mesma. O papel do entrevistador não deve ser apenas preparar as perguntas e fazê-las aleatoriamente, pois essa tarefa requer todo um preparo por parte do historiador para o que será relatado durante as entrevistas.

Na busca de captar memórias e experiências de vida dos carnaubeiros em Campo Maior-PI, foram realizadas algumas entrevistas, entre elas, a do senhor Domingos, em 2023, que reside na comunidade Água Branca, cujo relato contribuiu muito para a compreensão da realidade dos trabalhadores da carnaúba na Zona Rural de Campo Maior.

Segundo o senhor Domingos Nonato, ao ser perguntado sobre as suas condições enquanto carnaubeiro, o mesmo inicia o relato dizendo que a teoria e a prática são muito distantes, pois tudo o que se fala a respeito da economia da carnaúba no Piauí tende a

romantizar a vida dos carnaubeiros, porém, na prática, é um trabalho árduo; tudo o que se produz é só para sobreviver, segundo o relato do senhor Nonato:

Primeiro, a teoria é uma coisa e a prática é outra, quem quiser vim discutir comigo topo a parada. Porque na teoria tudo é 100%. Na teoria não tem perda, não ver as perdas, na prática tudo a gente perde no campo, seja plantação ou criação de animais. Se você vai plantar a mandioca pra fazer farinhada, nada você tem. Tudo a gente tem pedido. Teoria tudo é muito lindo, mas na prática é muito difícil o negócio para o homem do campo. Quem planta pra viver não tem como pensar em lucro ou armazenar pra vender. (NONATO, 2023)

O relato referencia uma conversa do senhor Domingos Nonato com um amigo canadense, que expressou surpresa ao perceber que ele não era uma pessoa financeiramente abastada. Segundo o amigo, era difícil compreender essa realidade, considerando que a carnaúba era exportada a preços elevados. Ele ainda afirmou que, pelo menos, o senhor Domingos deveria possuir algo como um carro popular em sua residência, conforme Nonato:

Olha, hoje nós tem uma cooperativa que tem a ver aí com o artesano das mulheres, com isso eu tive contato com moço do Canadá, que ele imaginava que um trabalhador da carnaúba tinha no mínimo uma Hilux na porta. E eu disse pra ele que nessas horas não aparece o feitor não, só aparece é o ganhador. (NONATO, 2023)

Conforme o que foi citado, os trabalhadores não conseguem ganhar ao ponto de angariar algum lucro para si; não existe essa possibilidade, nem armazenar o pó para vender após algum aumento das cotações do produto no mercado, pois tudo o que extraiu precisa ser vendido para o próprio sustento da sua família.

Outra questão a ser analisada no relato do senhor Domingos é quando ele afirma: “Nessas horas não aparece o feitor, só aparece o ganhador.” Essa declaração remete à rede de exploração presente na atividade extrativista, que perpetua a dependência dos trabalhadores em relação à produção. Tal estrutura os obriga a oferecer seus produtos a preços mais baixos no mercado, reforçando a desigualdade e a exploração no setor (NONATO, 2023).

Sobre essa desigualdade e a rede de exploração presente no ciclo da carnaúba, o senhor Domingos tenta ir mais a fundo na discussão, trazendo de fato como funciona a realidade de quem trabalha nesta atividade econômica, segundo Nonato:

Eu vou voltar um pouquin lá trás, eu alcancei meu pai trabalhando aqui na Água Branca, cheguei aqui por volta de 2 anos. Eu me criei dentro de um carnaubal, faltava chorar quando não ia com os homens. Naquele período o proprietário dava condição, né, o que é condição? Você tirava a palha e produzia o pó e ficava de quatro saca, uma, de cinco saca, duas. Assim, você arrendava o carnaubal, às vezes ele adiantava pra gente, como dizia o povo,

os “comes e bebes” né, aí quando dava do meio para o fim ele já dizia: Não vou te arrumar mais não se não tu não me paga. Isso era tudo coisa que acontecia, mas hoje em dia tudo é no dinheiro vivo até porque vamos supor, eu arrendo um Carnaubal bem acolá, aí é numa área de risco que ninguém controla mesmo né, quero ver quem é que vai controlar. Antigamente quando eu alugava o carnaval ficava no prejuízo eu e você, né, quando queimava. Hoje em dia fica prejudicado só o trabalhador que arrenda porque o proprietário já recebe o dinheiro vivo. É por isso que eu falo: Escravidão não é só o que você trabalha é a forma como você trabalha também, vamos supor geralmente quando você não tem dinheiro para pagar o arrendo você pega o dinheiro emprestado lá no armazém aí já fica na mão do cara lá né. (NONATO, 2023)

Observa-se, desde que o senhor Domingos tenta cuidadosamente explicar o passado, desde a sua infância, como funcionavam as relações de trabalho na época de seu pai, enfatizando o que era “condição” como meio de se fixarem e usufruírem da terra em prol do sustento familiar. Segundo Rocha (2022, p. 110), foi através do regime de moradia que esses trabalhadores ocupavam as terras e estabeleciam relações de compadrio com os donos de terra por meio de contratos verbais. Como afirma Rocha:

Na ausência de horizontes sociais alternativos, o agregado tende a forjar relações de compadrio com o dono da terra, baseadas em acordos morais [...] Em terras cedidas pelos proprietários aos moradores, que combinavam atividades extrativas (da amêndoia do babaçu e do pó da carnaúba) e o cultivo de roças, garantiram até pelo menos os anos de 1960, nas regiões Norte e Centro-Norte do Estado, a reprodução de formas de trabalho extrativista. O extrativismo da cera é apresentado nas fontes oficiais como uma atividade dependente dos contratos de arrendamento e parceria agrária. (ROCHA, 2022, p. 110)

A memória relatada pelo senhor Domingos traz uma reflexão que pode ser associada ao que Rocha (2022) explica sobre os contratos verbais para arrendamento. A “condição” colocada pelo entrevistado, quando ele fala: “Naquele período o proprietário dava condição, né, o que é condição? Vamos supor, você tirava a palha e produzia o pó e ficava de quatro sacas, uma, de cinco sacas, duas. Assim você arrendava o carnaubal”.

Dessa forma, após o contrato firmado, o trabalhador tinha a obrigação, como é o caso da experiência do senhor Domingos, de pagar uma “renda” já preestabelecida pelas partes, onde o trabalhador só arrendaria o carnaubal ou fixaria moradia no terreno do proprietário se devolvesse uma contrapartida em forma do que foi produzido pelo próprio trabalhador, tanto em pó, no caso de arrendamento, como também o que foi plantado no caso da agricultura de qualquer espécie de gênero. Porém, é importante ressaltar a diferença entre renda e arrendamento. A renda geralmente é utilizada em caso de moradia (aluguel), já o arrendamento se utiliza do termo em caso de terrenos que possuem carnaubais, e a única

obtenção é extrair a matéria-prima. Porém, muitas vezes os dois conceitos se entrelaçam (Nonato, 2023).

Sobre isso, vale analisar os relatos de memória do senhor Antônio Delmiro, também lavrador, que reside na comunidade Assentamento Lagoa Seca. Através da sua entrevista, foi possível refletir e compreender as suas experiências, associando-as a outras vivências de carnaubeiros, assim como ele.

A respeito da “renda”, forma de relação entre os trabalhadores rurais e proprietários de terra, logo acima foi mencionado que os conceitos de renda e arrendamento se entrelaçam algumas vezes. É o caso das vivências do senhor Antônio Delmiro. Este homem pediu moradia a um proprietário de terra, mas a usaria também para plantar e extrair a palha de carnaúba. Porém, muito além do pagamento material, o proprietário exigia dos trabalhadores da terra a renda em forma de trabalho. De acordo com Delmiro:

Sobre o meu trabalho com a carnaúba, a safra toda eu trabalhei mais de 20 anos. Sempre foi minha fonte de renda. Foi isso e a roça. Eu ia lá trabalhar uma semana e voltava, aí derrubava carnaúba de novo e voltava, e queimava a terra. Isso era até chegar o final da safra, né, que era de seis meses. Aí eu plantava. [...] No terreno que a gente mora aqui não é nosso, não. A gente aqui é agregado. Esse terreno aqui era de um homem e ficou para o filho dele, sendo que o terreno era das tias dele. Na época, para a gente morar aqui, fomos pedir a moradia para eles. Fomos lá a Campo Maior. Foi meu pai, para falar a verdade. Meu pai já até faleceu. (DELMIRO, 2023)

Durante a realização da entrevista com o senhor Delmiro, houve um imprevisto. A sua esposa, a senhora Maria do Carmo, quis ficar ao lado de seu esposo Antônio Delmiro e perguntou se o entrevistador aceitava conversar com ela logo após a entrevista, pois ela também tinha relatos que agregariam ao que seu marido estava falando.

Retornando ao que o senhor Delmiro havia relatado anteriormente, o trabalhador afirma que a carnaúba não era a sua única fonte, pois exercia simultaneamente a agricultura de subsistência, residindo na terra em regime de moradia estabelecido pelo seu pai e o proprietário da terra.

Sobre a questão da renda que eles pagavam até pouco tempo atrás, Dona Maria do Carmo, esposa do senhor Antônio Delmiro, disse que, quando os camponeses não tinham a renda para pagar, deveriam obrigatoriamente pagar de outra forma, muitas vezes trabalhando de graça para o proprietário da terra, sob condições insalubres e desumanas. De acordo com Maria do Carmo:

Um tempo mais atrás, quem não pagasse a renda ia ter que trabalhar para poder pagar ainda. [...] O irmão do Antônio, que morava bem aqui perto de

nós, teve que vender o jumento dele para poder pagar a renda. Esse daqui, quando não tinha a roça para poder pagar, ia ter que trabalhar lá em José de Freitas. A gente tem que contar do começo: eles iam trabalhar lá naquela quinta, depois da ponte de Campo Maior. Ele ia, os moradores daqui tudinho iam a pé para roçar aquele cajueiral todinho, todinho, todinho, de graça, não ganhavam nem a comida. Eles queriam que os trabalhadores fossem para lá limpar o terreno. Aí eles iam, e, quando matavam uns preás lá no terreno, a mulher, que era empregada, apresentava para eles comerem só com água e sal. Quem dava o quebra-jejum ainda era o Severo Cardoso — não sei se você conhece, que é nosso compadre. Ele mandava pão para eles comerem lá e quebrar o jejum, porque o dono do terreno nem dava comida para os trabalhadores direito. (MARIA DO CARMO, 2023)

A experiência que a senhora Maria do Carmo conta é claramente um regime de trabalho análogo à escravidão, e ela demonstra ter consciência dos seus direitos, mostrando-se ativa em prol da dignidade da sua família ao relatar com repúdio o ocorrido. O senhor Antônio Delmiro confirma o ocorrido e completa o que sua esposa relatou, conforme Delmiro (2023):

Não era só eu, meu irmão também vinha demais, o João Nica, o Salvador, Francisco, meu irmão Serafim, Chico Valério, era muita gente, era quase uns 20 moradores que iam para lá. E aí a gente tinha que pagar por fora da renda para trabalhar lá de graça, mesmo que pagasse a renda. Quem ainda é vivo sabe contar como era a situação aqui. E assim era todos os anos: tinha que trabalhar lá de graça, sem ganhar nada. O pequeno pagava, tinha que fazer o que eles queriam. Quando a pessoa não tinha renda para dar, é porque era todo tempo fraco né. Aí colhia um legume, mas não dava para pagar, aí tinha que brocar a roça, ou fazer qualquer coisa que eles quisessem (DELMIRO, 2023)

Ao analisar os dois últimos relatos, é possível destacar alguns pontos importantes. O primeiro é a questão do contexto socioeconômico de exploração, baseado no trabalho forçado imposto por uma elite detentora de terras aos pequenos camponeses. Mesmo que esses trabalhadores pagassem uma renda estabelecida por acordos verbais, ainda eram submetidos a condições de exploração.

O segundo ponto é a desumanização do trabalhador, que era obrigado a realizar atividades sem qualquer tipo de valorização. Isso fica evidente quando Delmiro menciona que, ao não conseguir pagar a renda, o trabalhador "tinha que realizar qualquer coisa que eles quisessem", sem receber pagamento e sendo submetido a uma alimentação inadequada, fora dos padrões mínimos de dignidade humana.

Os relatos da senhora Maria do Carmo e do senhor Antônio Delmiro também refletem sobre a rede de solidariedade existente como forma de resistência, onde essa solidariedade é exemplificada quando “Severo Cardoso” é mencionado, ao enviar pão para os trabalhadores,

apresentando assim um gesto simbólico como forma de apoio contra as imposições da elite detentora de propriedade.

Figura 7 – Senhor Antônio Delmiro e Senhora Maria do Carmo do Assentamento Lagoa Seca



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

3.2 Vivências entre Palhas: Cotidiano e Costumes

O presente subcapítulo aborda as vivências dos carnaubeiros sobre seus cotidianos e costumes, por meio de entrevistas realizadas, utilizando a história oral como metodologia.

Com base nisso, quando se trata de história oral, refere-se a algo mais particular, que vai muito além de complementar as fontes já existentes na pesquisa ou ser utilizada como fontes secundárias. A história oral, a partir das vivências do entrevistado, deve assumir um papel central na abordagem do que se quer pesquisar, pois o mesmo detém o principal: a memória, as narrativas, a subjetividade e o diálogo, que passam a dar um norte para o trabalho do historiador (PORTELLI, 2016, p. 9-10).

As fontes orais, ao contrário de outras fontes, não são apenas descobertas, mas construídas pelo historiador. Elas só podem existir graças à interação estabelecida entre o historiador e o entrevistado, em que o historiador assume um papel ativo ao conduzir a

entrevista em campo. Dessa forma, as fontes orais nascem como fruto desse processo de troca e comunicação (PORTELLI, 2016, p. 10).

Foi em busca dessa comunicação, ou seja, da necessidade de dialogar com pessoas que vivem e que viveram sob essa realidade de tirar o pó e produzir a cera da carnaúba, através da folha dessa árvore, já que os mais velhos produziam de forma artesanal, que o pesquisador, realizando o trabalho de campo, encontrou pessoas como o senhor Antônio Delmiro e sua esposa, senhora Maria do Carmo, como também o senhor Antônio Pereira, o senhor Raimundo Nonato, todos do Assentamento Lagoa Seca, cerca de 30 km de Campo Maior, quase na divisa de municípios como José de Freitas e Cabeceiras, e, por último, e não menos importante, o senhor Domingos Nonato, da localidade Água Branca. Todas essas entrevistas foram realizadas entre outubro e novembro de 2023.

Sem essas pessoas mencionadas, esse trabalho não teria acontecido, pois foi através das memórias e experiências vividas e narradas que foi possível obter as orientações significativas para o andamento da pesquisa.

As exposições das memórias narradas serão iniciadas pela entrevista feita com o senhor Antônio Pereira. Ao ser perguntado sobre o nível de escolaridade que havia alcançado na vida, ele respondeu que, desde criança, precisava trabalhar com o pai para ajudar em casa. Logo em seguida, afirmou que sua vida sempre foi dedicada ao trabalho com a palha da carnaúba e à criação de animais, ressaltando que os estudos foram limitados devido às circunstâncias. Segundo Antônio Pereira (2023):

Foi sim, meu filho, porque meu estudo é pouco, né? E eu... Eu nunca tive assim outra vida, não. Sempre vivi na parada da carnaúba e no criado. Minha vida sempre foi essa. A gente sofre [...] A vida de quem tira a palha não é muito boa, não. Mas a gente luta, né, e acaba gostando também, porque acha bom trabalhar com a palha. É o que a gente sabe fazer. Mas o ganho que a pessoa tem é pouco. O pessoal não valoriza muito, não. Eu acho que nós, que trabalha com a carnaúba, deveria ter um sindicato, né? Porque tem da pesca, tem de um bocado de coisa, mas quem trabalha com a palha não tem um sindicato assim, ou uma pessoa pra falar por nós. O preço das palhas, o preço do pó, tá muito desvalorizado também. Hoje, a exigência é grande demais. Aí a gente sofre muito, e o dinheiro que a gente pega não dá nem pra se manter direito. É sofrer demais. (ANTÔNIO PEREIRA, 2023)

O relato do senhor Antônio Pereira evidencia como a pobreza pela qual passou quando era criança interferiu diretamente no direito ao acesso escolar, mostrando um caso de exclusão social, em que ele não pôde escolher entre trabalho e escola, pois existia a necessidade de contribuir para a subsistência da sua família.

“É o que a gente sabe fazer.” Essa frase demonstra um sentimento de pertencimento; apesar de árduo o trabalho, ele tem consciência da sua identidade, pois a construção da sua memória está ligada a essa atividade também.

Vale ressaltar que o senhor Antônio sente falta de uma representação política organizada que lute pelos seus direitos, trazendo, assim, uma ideia de abandono por parte das autoridades para os homens que exploram diariamente essa atividade. Isso, apesar da existência de um sindicato dos trabalhadores rurais no município, que, segundo ele, poderia agregar mais de forma específica às necessidades dessa atividade na região.

Figura 8 – Carnaubeiro produzindo vassoura no Assentamento Lagoa Seca – Campo Maior-PI



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

O senhor Antônio Pereira, ao ser questionado sobre sua residência e a origem de sua chegada àquela região, relatou que se mudou diversas vezes em busca de melhores condições de vida. Ele também afirmou ter vivido sob o regime de moradia antes de se estabelecer no Assentamento Lagoa Seca, local onde reside atualmente. Sobre isso, Pereira (2023) declarou:

Sim, sempre mexi com palha e com criado, né? Aí, nesse período que eu morei nessa última moradia, eu cuidava lá de um terreno de um senhor. Aí, eu cuidava das criação dele e ele me dava o carnaubal para eu tirar para mim.

Aí, eu não pagava, ainda não. Só que era pouca a palha, era só uns 70 milheiro de palha. E lá também ele me pagava um salário, né? Eu até me dava bem lá. Só que o velho já era meio de idade. Aí, eu até pensei em desistir de vir para cá, né? Para o assentamento. Até pedi o conselho para ele, porque assim, eu entrei nessa de assentamento, né? Só que a gente não tinha muita fé se ia dar certo. Era assim quase como um sonho, né? Aí, eu entrei, mas não acreditava muito que pudesse dar certo, né? Aí, quando aprontaram as casas, começaram a me dar pressão, né? Para eu vir para cá. Aí na época, o conselho que o velho me deu era que eu deveria vir, porque ele já tava perto de morrer e os filhos dele não gostavam de interior. Eu já tava lá com mais de 4 anos. A gente tava se dando muito bem, eu gostava dele, ele gostava de mim, do meu trabalho. Mas lá, o pessoal dele já era um pessoal formado, né? Filho dele isso aqui dentro de pouco tempo. Aí, você não tem para onde ir e eu não vou ter condição de comprar um pedaço de terra e fazer uma casa para você morar, porque eu já vou estar morto. Então, eu acho bom você ir. Aí, eu vim, mas foi bom eu ter vindo, né? quando eu cheguei aqui, eu não tinha quase nada, só a mulher, mais os filhos. Hoje, tenho uma casa que posso dizer que é minha, que era a coisa principal, né? Na vida de uma pessoa, que é ter uma casa. Esse terreno aqui, que a gente mora junto com a casa, eu adquiri com o dinheiro da palha, porque a gente vive disso, né? Aí, com o tempo, nós atrasamos as parcelas e o banco fez um desconto pra nós. Se eu não me lembro, eu acho que foi de 90% pra pagar o restante. Aí, nós pagamos tudo de uma vez. O governo Lula facilitou as coisas demais para o pessoal do interior. (ANTÔNIO PEREIRA, 2023)

O senhor Antônio Pereira realizou o sonho da casa própria, de ter um terreno para chamar de seu, por meio de um projeto de assentamentos. Contudo, o que não pode ficar nas entrelinhas é o fato de ele pedir conselho ao senhor da terra onde morava. Mesmo que ele considere o senhor como amigo, fica clara a falta de consciência do trabalhador sobre a questão da dependência, que seria normalizada. Ao receber a notícia de que ganharia a casa do projeto para morar, ficou inseguro, já que a forma como ele pagava a sua moradia antes era com o suor do seu trabalho. Ou seja, a relação mudaria, e a responsabilidade aumentaria. Porém, ele teria a sua propriedade sem depender de ninguém.

Figura 9 – Lastro de Antônio Pereira localizado no assentamento Lagoa Seca em Campo Maior – PI



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

Sobre essa questão da moradia, na entrevista realizada com o senhor Domingos (2023), ele relata uma forma diferente de ter adquirido sua terra, onde exerce a retirada da palha todos os anos e vive da agricultura familiar, além do artesanato produzido pelas mulheres da casa, por meio de uma cooperativa. De acordo com Nonato:

Rapaz, eu nasci no Xixá, quase extremando com José de Freitas. Depois, vim bem aqui para perto da Água Branca. Nesse terreno aqui, eu vim morar em 92. Esse terreno era de herança; o dono era o Waldeck Bona, filho ele nunca teve, ainda criou uma menina. Quando o velho morreu, os herdeiros, irmãos, tentaram conseguir a questão da documentação para ela não ter direito no que era dele, né? E os irmãos que se diziam herdeiros já morreram quase todos. Só que, quando o governo começou com esse negócio de dar auxílio-doença, salário-maternidade, e outros benefícios, a gente tentou ir atrás da documentação, né? Só que o irmão do finado Waldeck Bona, o primeiro dono mesmo, falou que não tinha documento. Só que a gente falou com uma mulher que mora aqui na mesma localidade, que também pertence ao mesmo dono. Quando ela foi se aposentar, foi atrás desse homem que deu a documentação de Domingos Mourão, aí o sindicato não aceitou o documento. A partir daí, eu mesmo fui uma das pessoas a tomar a atitude de não pagar mais a renda. Aqui, a gente juntava tudo e levava; era mais ou menos umas trinta e duas pessoas, se eu não me engano. A gente pagava o aluguel todo mês para o rapaz que se dizia ser dono, só que eu disse que não

ia pagar mais não, já que ele não tinha documento. Eu também não tinha direito de pagar mais não, que ele não era dono de nada. Quando eu tirava a palha, eu pagava a renda para o cara que se dizia ser dono, que estava no lugar de dono do terreno. Hoje tá até mais difícil esse tipo de coisa, mas antes, a gente pedia a morada assim: quem tinha propriedade, a gente chegava e dizia: "moço, me dá uma morada", e o pessoal dava pra nós morar. Minha mãe dizia que antes de morrer queria ter uma casa construída pelo meu pai, porque a gente só vivia em terra alheia, em casa de currupião. O que é currupião? Era menino dos outros. (NONATO, 2023)

Sobre esse relato feito pelo senhor Domingos, nota-se outro tipo de relação camponesa. Ele pagava a “renda”, uma espécie de aluguel anual baseado na produção do pó de carnaúba. Porém, ao se aposentar, descobre que estava pagando para uma pessoa que tinha parentesco com o antigo proprietário da terra, mas não tinha a propriedade em seu nome.

Outra questão a ser observada é que, no primeiro capítulo deste trabalho, menciona-se as firmas que viviam da exportação do pó e cera da carnaúba. Uma dessas firmas pertencia ao antigo proprietário da terra onde o senhor Domingos reside, Waldeck Bona, figura da elite que possuía terras de carnaubais e vivia da exportação dessa matéria-prima.

A postura do senhor Domingos ao decidir não pagar mais a “renda”, quando soube que não existia documentação, pode ser caracterizada como uma forma de resistência camponesa frente à exploração apresentada.

O termo utilizado “Currupião” pelo senhor Domingos, que se refere a “menino dos outros”, como ele menciona, traz à tona a ideia de migração, por indivíduos que não têm uma moradia própria e vivem se mudando de uma região para outra. Normalmente, essas moradias se estabeleciam na região para explorar o pó da carnaúba até a safra anual acabar. Essas pessoas, geralmente, ficavam em uma espécie de alojamento, que não tinha padrões humanos mínimos, local onde se alojavam, costumes próprios de quem vive ou viveu o ciclo da carnaúbaativamente.

Por último, e não menos importante, este subcapítulo irá abordar a história do senhor Raimundo Nonato. Por meio de uma entrevista realizada também em 2023 no Assentamento Lagoa Seca, ele conta um pouco sobre suas vivências em meio ao ciclo da carnaúba e seu cotidiano.

Sobre a entrevista com o senhor Raimundo Nonato, ele coloca alguns pontos importantes que não foram tratados neste trabalho até aqui. Quando perguntado sobre o contato com os estudos, ele respondeu que sim, tinha uma casa onde uma mulher, paga pelo governo, ensinava os meninos. Ao redor de uma mesa, ela colocava uma lousa na cozinha e, enquanto fazia o almoço ou alguma tarefa de casa, ao mesmo tempo, ensinava ele e outras crianças. Contudo, ele enfatiza que essa forma de se trabalhar a educação no campo fez com

que ele desistisse de estudar, pois não trazia nenhum tipo de motivação para ele. Segundo Nonato (2023):

Teve até uma escolinha bem aqui na Lagoa Seca. Lá era até a quarta série do primário. Antigamente, não era nem colégio, era na casa dela, numa salinha, né, com três banquinhos. Era na casa da professora mesmo, na sala dela, com dois ou três banquinhos de tábua. Ela ensinava nós, colocava alguma coisa na lousa, aí ia para a cozinha, porque o marido dela trabalhava com roça, né? Ela trabalhava na cozinha e, daí, ensinava a gente aqui. Ela deixava lá toda a rotina dela atrasada, né? Aí nem dava para ela ensinar tudo para nós, e nem ela fazia as coisas dela direito. Às vezes também ela adoecia, ficava um tempo lá, e o tempo passava quatro ou cinco dias, e nós sem ir para a escola. Aí o tempo passava, e a gente não aprendia nada. Na época, eu acho que ela era paga pelo governo, pelo município, eu acho. Mas era atrasado demais, era devagar demais. Hoje em dia não é assim. Nonato (2023)

O acesso a serviços básicos, segundo o senhor Raimundo Nonato, era muito difícil. Tanto a saúde quanto a educação eram serviços públicos distantes da sua realidade, e a sua única alternativa era trabalhar na roça. Sobre o acesso à saúde, Nonato (2023) relata:

Às vezes a pessoa adoecia, até desistia de ir. Às vezes as pessoas até desistiam ou então chegavam lá morrendo já, era complicado. Meu filho, não era fácil não. Aí a gente tratava aqui com um remédiozinho, uma gororoba e tal. Olha, hoje eu tomo remédio da farmácia, mas de primeiro, com minha mãe e minha avó, esse negócio de gripe... a gente tomava era azeite de mamona, era difícil demais a saúde naquele tempo, logo porque naquele tempo não existia esse posto de saúde no interior, né? Hoje tem, mas de primeiro não tinha. Os que hoje têm médico que vem aqui nas comunidades, mas de primeiro não existia isso, era difícil para a gente.

A apresentação desse relato do senhor Raimundo Nonato mostra a realidade de uma grande parcela dos campões, que precisavam viver ali mesmo com a deficiência do serviço público, que não conseguia atingir as comunidades rurais. A permanência desses indivíduos, em meio a todas as dificuldades presentes, pode ser considerada também uma forma de resistência camponesa, tendo que se adaptar e confiar nas experiências de gerações anteriores para a cura de determinadas doenças.

3.3 Resistência camponesa na “Terra dos Carnaubais”

Para contextualizar antes de começar a abordar as narrativas dos entrevistados deste subcapítulo, vale ressaltar que, a partir do final dos anos 1950 e de maneira mais efetiva nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil passou a vivenciar um amplo debate sobre a

reforma agrária. Esse debate foi em parte possibilitado pela Constituição de 1946, que incorporou o princípio da função social da propriedade.

A partir de então, a propriedade estaria sujeita à regulamentação constitucional, exigindo dos proprietários o cumprimento da função social do direito tutelado pela Carta Magna. Embora a noção de função social da propriedade tenha representado a mobilização do povo brasileiro como um todo e de órgãos que caminhavam ao lado do trabalhador rural, como as ligas camponesas, sindicatos, partidos políticos e a Igreja Católica, seus impactos sobre a realidade dos trabalhadores foram poucos, sem gerar transformações efetivas em um sistema marcado pela exclusão histórica da classe camponesa.

Visto isso, esse subcapítulo analisa o contexto da segunda metade do século XX através da história de Luiz Edwirges e sua força política dentro do movimento camponês campomaiorense em Matinhos e as ligas camponesas, além do relato oral de Antônio Damião de Sousa, que se caracterizou como outra força de liderança para os camponeses em Campo Maior – PI.

A entrevista com o senhor Damião, assim como é conhecido em Campo Maior, se caracteriza pelo que Portelli (2016, p. 45-56) denomina de "memória perturbadora", pois seus relatos foram e ainda podem ser considerados silenciados pela narrativa dominante, “dos vencedores”.

O que o senhor Damião tem a dizer através de seus relatos pode causar questionamentos sobre narrativas já pré-estabelecidas pelos dominadores da memória, em especial a narrativa dominante sobre o contexto da Ditadura Militar.

Damião foi um grande líder da velha guarda camponesa, que sempre buscou o bem da coletividade. Foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um homem à frente de seu tempo que lutou pelos direitos da sua classe juntamente com o senhor Luiz Edwirges.

A mobilização camponesa em nível de Piauí pode ser caracterizada por alguns fatores. Primeiro, a crise do ciclo da carnaúba, que foi substituída por um discurso de progresso pela agricultura. Dentro desse último projeto, os camponeses não estavam inseridos, pois a modernização no campo tinha como fonte novas tecnologias, abolindo modelos arcaicos de produção. Isso causaria a expulsão de milhares de camponeses das propriedades, não só no Piauí, mas em quase todo o Nordeste, impulsionados pelo projeto de integração nacional. Essas pessoas se iludiam com a ideia de progresso em fronteiras agrícolas, tanto no Norte quanto no Centro-Oeste do país.

Dessa forma, a migração era impulsionada pelo capitalismo industrializante, que agora tinha chegado ao campo, pois, antes, os camponeses eram explorados para abastecer os cofres públicos. Isso se intensificou mais nitidamente no Estado Novo.

Ao fim do Estado Novo, com o avanço das tecnologias de comunicação, como o rádio, a população estava mais inteirada sobre a realidade tanto local quanto nacional. Será a partir da Constituição de 1946 que a questão da reforma agrária será ampliada e debatida pela população. Novos órgãos vão surgindo, como o caso dos sindicatos dos trabalhadores rurais, e a república populista trarão consigo o pluralismo partidário novamente. Partidos de esquerda como o PCB, se aproximam com mais intensidade da classe trabalhadora.

Dessa conjuntura nascem as ligas camponesas no Nordeste e são ampliadas até chegar ao Piauí. Vale ressaltar que o movimento camponês terá duas vertentes ideológicas, porém com objetivos semelhantes: a luta pela população camponesa. Existia uma classe de camponeses mais conservadores, aliados à Igreja Católica. Essa vertente, da qual o senhor Damião fez parte, contrastava com uma classe de trabalhadores mais radicais, que seguia uma ideologia de esquerda, buscando uma reforma agrária radical, se fosse necessário. Essa vertente era apoiada por Luiz Edwirges.

Para Cantuário (2015, p. 32), o início da caminhada da classe trabalhadora camponesa, com uma visão mais qualificada das obrigações do Estado enquanto garantidor de direitos inerentes a todos os cidadãos, só será possível após 30 anos da criação da zona urbana de Campo Maior.

Mesmo que de forma tímida, os camponeses do município começaram a se mobilizar, pensando na fundação de uma possível associação ou sindicato da classe. É nesse contexto que surgem duas figuras de trabalhadores rurais que lideraram o movimento camponês em Campo Maior.

Essa mobilização dos camponeses começa a ocorrer a partir da década de 1950, em localidades como Belo Monte e Matinhos. No caso de Antônio Damião, ele residia na localidade Belo Monte, no município de Campo Maior. Já Luiz Edwirges vivia na localidade Matinhos, também em Campo Maior.

Em entrevista com o senhor Antônio Damião em sua residência em Campo Maior, 2023, Damião enfatiza que a luta dos trabalhadores teve apoio de órgãos e instituições, como a Igreja Católica, na figura do Arcebispo Dom Avelar, que deram amparo não só financeiro, mas também para organizar o movimento efetivamente. Segundo Damião (2023):

O trabalhador rural, o ruralista, ou melhor, o homem do campo, foi a pessoa mais sofrida entre as classes do Brasil, né? Ele nunca teve poder de compra, não teve poder de decisão, poder de viver numa propriedade por nome sua. Aí veio o movimento sindical. Então, o movimento sindical era o movimento do trabalhador, era do trabalhador mesmo, viu? Havia entidades naquele tempo, como a Igreja Católica, que deu uma força muito grande que os trabalhadores tiveram, e muitas e muitas outras organizações, viu? [...] Mas aí, a força do latifúndio, o dono de terra, era quem tinha a palavra, era quem tinha tudo, quem tinha a verdade era ele. O homem do campo não tinha nada. Com o movimento sindical, eles tomaram outra decisão, porque tinham pessoas importantes ajudando e o mundo estava se desenvolvendo do jeito como era para ser. Então, tomaram a decisão de expulsar o homem da terra, faziam migração. Essa foi a origem do que nós estamos vivendo hoje. (DAMIÃO, 2023)

Em seu relato, Antônio Damião evidencia alguns fatores já mencionados na introdução deste subcapítulo, que influenciaram o trabalhador rural a buscar seus direitos politicamente. Um exemplo é a migração e a expulsão do homem da terra, promovidas por uma política progressista e modernizante que excluía o camponês desse projeto. A fundação do sindicato surge, então, como uma forma de resistência para ajudar uns aos outros, por meio da solidariedade e da economia moral, conceitos utilizados por Edward Thompson em sua obra *Costumes em Comum*, com o objetivo de se proteger de um sistema altamente exploratório e humilhante para os camponeses brasileiros.

Figura 10 – Entrevista com Antônio Damião em sua residência, Campo Maior-PI



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

Mais adiante, durante a entrevista, o lavrador aposentado menciona que as condições para o homem do campo estavam melhorando, e tudo parecia estar mudando. No entanto, ele destacou que havia uma classe que não estava satisfeita com essas transformações: a elite proprietária da região. Segundo ele, essa elite buscou aliar-se às forças políticas do governo da ditadura militar. Ele relata que, durante esse período, os políticos locais, influenciados pela ditadura, tentaram negociar com ele para manter o funcionamento do sindicato, mas sob o controle do Estado.

[...] Eles perderam força, né? Porque nós estávamos caminhando por um caminho consciente. Se você anda no caminho consciente, você não tem dúvida, né? Então, nós estávamos andando por um caminho seguro, onde as autoridades já estavam nos atendendo, e as coisas estavam mudando, né? Aí, eles sentiram que as coisas estavam mudando e inventaram de tudo contra nós. Eles se juntaram com o poder econômico no governo da ditadura. A ditadura era essa que acabava com tudo. Quer dizer, o movimento todinho acabava, fechava com tudo, e o movimento não existia mais. Os trabalhadores iam presos. Eu mesmo cheguei a ser preso. E aí foi para lá, foi para cá, até que derrubaram a ditadura. Quando a ditadura foi instalada, o próprio movimento sindical foi convidado pelo exército para dar continuidade, e eu não aceitei, não. Era para eles manobrarem. Quer dizer, era só um “melzinho” para passar na boca e depois eles manobrarem. (DAMIÃO, 2023)

Vale ressaltar que, nessa parte da entrevista, há um momento muito forte que mexe com seu ego e seu brio, pois é como se tudo o que ele lutou, junto com seus companheiros, tivesse sido em vão. A história oral é fascinante justamente por esse tipo de situação, pois, por meio de um diálogo, é possível perceber o sentimento do outro, uma memória viva impulsionada pelo próprio entrevistador. Dessa forma, conclui-se que a história oral é tão importante quanto outras fontes utilizadas pela historiografia.

Visto isso, na segunda parte de seu relato, Damião afirma que foi preso pela ditadura, também muito influenciado pela sua negativa em continuar com o sindicato aberto sob controle estatal.

Sobre a sua prisão mencionada em sua narrativa, ela foi publicada no *Jornal Estado do Piauí* no dia 25 de junho de 1964, listando vários nomes de homens presos, sendo que, segundo a notícia, existia um "movimento subversivo" entre eles. Um dos nomes presentes nessa lista com mais de 50 nomes apresentada pelo periódico é o de Luiz Edwirges. No entanto, na lista aparece seu nome oficial, que seria "Luiz Ribamar Osório Lopes", juntamente com Totó Ribeiro, que mais à frente foi um dos redatores do *Jornal A Luta* em Campo Maior – PI. De acordo com o *Jornal Estado do Piauí*, 25 jun. 1964

Esclareceu o major Costa que entrando em ação a guarnição federal de Teresina com participação do 25º BC secretaria de polícia e polícia militar foram efetuadas muitas prisões em consequência foi instaurado o inquérito policial militar para a necessária apuração dos fatos e de responsabilidade dos elementos ligados à ideologia comunista e ao crime de subversão da ordem pública e social foi encarregado do IPM o major idalécio Nogueira Diógenes pertencente da 10º RM. Segue a relação nominal das pessoas que foram presas para prestarem depoimentos no 25º BC junto ao encarregado do inquérito. (*Jornal Estado do Piauí*, 25 jun. 1964).

De acordo com Rocha (2015, p. 155), ao escrever a história de vida dos dois líderes camponeses, menciona que Damião foi preso por duas vezes. A notícia apresentada pelo *Jornal Estado do Piauí* em 25 de junho de 1964 foi a sua primeira prisão, pois no dia 23 de junho de 1964, outra notícia a respeito de uma prisão de Damião foi publicada pelo mesmo jornal. Conforme *Jornal do Piauí*, 23 jun. 1964:

Dando prosseguimento ao retrospecto das atividades da guarnição federal de Teresina essa reportagem apurou junto ao major Costa mais um relato das atividades desta guarnição as quais passamos a relatar. Esclareceu major Costa que tendo em vista a necessidade de combater os maus brasileiros implicados em ações subversivas bem como averiguar denúncias de elementos suspeitos a guarnição federal de Teresina designou o capitão Ângelo de Araújo Paes para entrar imediatamente em ação a fim de verificar a situação dos comunistas de campo maior. Esclareceu o major Costa que o capitão paz após ter feito um estudo geral da situação e feito minuciosamente um levantamento de todas as possibilidades dos elementos subversivos partiu para a execução da prisão dos elementos possivelmente implicados em atividades subversíveis. Prisões: Antônio Luiz Higino, Martinho Pereira de Abreu, Antônio Damião de Souza, Raimundo Antunes Ribeiro, Luiz Ribamar Osório Lopes, Manoel Domingos. (*Jornal do Piauí*, 23 jun. 1964)

Damião relata como foi a experiência da sua primeira prisão, no dia 16 de abril de 1964. Ele estava no sindicato dos trabalhadores rurais, que funcionava em um prédio doado pela Paróquia de Santo Antônio, atrás da igreja matriz da cidade. O lavrador conta que, quando os policiais chegaram para levá-lo, não permitiram que o presidente fechasse as portas do prédio. Segundo Damião, os policiais não deixaram que o sindicato fosse fechado. Após a saída deles, tocaram fogo no prédio, destruindo todo o material que estava dentro, inclusive as documentações, como atas e arquivos importantes. Damião foi levado para Teresina, onde ficou preso no 25º BC. Segundo Damião:

Eu tava no sindicato quando eles chegaram, né, o exército, era no ano de 1964. Eu tava na sede, aí eles entraram. Eu falei: Rapaz, deixa eu pelo menos fechar as portas. Aí eles não falaram nada, só disseram: Cale a boca, aí eu pedi: Rapaz, deixa eu dar pelo menos um recado aqui para um amigo? Acabou-se, disseram: Cala a boca! Aí chegaram com tudo, só fui sair e tocaram fogo em tudo que era documento do sindicato: ata de fundação, fotografias, jornais... Tudo foi queimado. Nem era o exército que tava queimando, eram mais os vândalos mesmo que eram contra o movimento. Quando eu voltei, não tinha mais nada. Aí depois, queriam pagar minha

indenização por danos morais. Depois veio a Anistia. Quiseram me afogar no Rio Poty meia-noite, tentaram me matar de todo jeito. Aí chegaram um sargento, um cabo e um tenente. Aí me pegaram: "Bora, rapaz, ali passear. Aí eu disse: Vão me matar, não tem jeito. Aí me levaram para o rumo do rio. Aí me perguntaram: Você conhece esse rio? Aí eu disse: Conheço, é piauiense. E eles me perguntaram logo depois: E você também é piauiense? E eu disse: "Até esse momento eu sou." Aí eles se olharam e começaram a sorrir. Aí disseram: É, você tá acertando, viu. Aí me amarraram dentro da água. O rio tava cheio, mas eu fui esperto, Deus me ajudou. Quando o cabra saiu, o sargento saiu comigo, que me empurrou. Eu fui mais rápido que ele e puxei ele junto com a corda, ele caiu primeiro que eu dentro da água. Aí os caras de fora tavam falando: Atira, atira! E o de dentro dizia: Não atira não, que eu tô aqui dentro da água, pode me acertar. Aí, dois pescadores, nessa hora, a mando de Deus, perguntaram o que estava acontecendo. Aí eles falaram que eu era um bandido, que eu tinha fugido, e eles tinham me pego, dois pescadores, né. Aí chegaram e falaram grosso com os rapazes: "Rapaz, como é que vocês fazem isso?" Eles perceberam, né. Aí falaram: Rapaz, e vocês podem matar o povo assim, vocês do exército? Eles já sabiam da "revolução", né. Aí falaram: Como é que vocês fazem um negócio desse? Aí o sargento pegou e disse para eles que ia me deixar no quartel. Aí um dos pescadores falou: Não, pois eu vou também. Eu vou lá deixar ele. O rapaz era bem entendido, viu. E eu logo me prontifiquei: Eu não quero mais voltar para o quartel, não quero ir lá para o 25º BC. Aí foram me deixar lá, junto com os homens do exército. (DAMIÃO, 2023)

Essa parte do relato, em que Damião fala que foi preso e, durante esse período, recebeu diversas ameaças, inclusive uma tentativa de assassinato em pleno Rio Poty à meia-noite, demonstra a dificuldade de quem era ativista comunista ou sindicalista. No caso dele, que era presidente do sindicato e vivia em prol da defesa dos direitos dos camponeses, foi bastante ameaçado. Por isso, Antônio Damião, com o apoio de Dom Avelar, arcebispo que ajudou o movimento camponês, passou um tempo fora e viajou para outros países. Segundo ele, se tivesse ficado em Campo Maior, já estaria morto.

Tanto o senhor Antônio Damião como o senhor Luiz Edwirges foram lideranças ativas e possuíam grande influência sobre a sociedade camponesa campomaiorense. A respeito do papel de forte liderança que Luiz Edwirges cumpria, Cantuário diz:

No início dos anos 80, Luiz Edwirges voltou a participar das discussões e debates do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campo Maior, segundo ele, por uma necessidade, haja vista que os trabalhadores viviam em um momento muito difícil, com falta de chuvas, estavam abandonados no campo, e a entidade representante dos mesmos nada fazia [...] Luiz Edwirges perguntou a José Leão então presidente do sindicato o que ele iria fazer. José, então, respondeu que nada poderia fazer, pois o governo é quem pode tomar providências. Então Luiz pede para o presidente convoiar uma assembleia geral e mandar ofício para todas as entidades, Assim foi feito, e no dia marcado compareceram mais de 2 mil pessoas [...] que expôs o problema, falando das razões pelas quais estava acontecendo aquele ato. Ela disse que muitos trabalhadores rurais que estavam ali

presentes, e muitos outros que não puderam comparecer, não tinham mais condições de sequer alimentar os filhos e estavam vendendo as últimas cabeças de vaca, cabra, ovelha, etc., faltando poucos dias para parir. No entanto, estavam agindo daquela forma para honrar os compromissos junto ao Banco do Brasil. Nesse momento, o superintendente do Banco do Brasil, que se fazia presente, pediu a palavra e disse que, a partir daquele instante, os débitos dos trabalhadores do Estado do Piauí, referentes ao custeio, estavam anistiados. Cantuário (2015, p. 47)

De acordo com o historiador, que possui essas informações por meio de entrevistas realizadas com os dois maiores líderes da história do campesinato campomaiorense, a respeito do relato acima, é notório que um líder não precisa de cargo para exercer o que precisa fazer. Antônio Damião e Edwirges marcaram seus nomes na história como símbolos de resistência camponesa no município de Campo Maior, deixando de lado interesses individuais em favor do coletivo, em prol de sua classe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise deste trabalho, o leitor teve a oportunidade de compreender, de forma cronológica, os eventos analisados, partindo do início do recorte temporal da pesquisa, que abrange o período de 1930 a 1980. Esse intervalo histórico possibilita uma compreensão sobre a condição do trabalhador rural em meio a um cenário político, econômico e social caracterizado pelo controle sobre sua força de trabalho, marcado por relações de dependência, exploração, trabalho em condições análogas à escravidão, além dos recorrentes problemas de seca, fome e pobreza extrema. Em suma, os camponeses enfrentavam múltiplos desafios sociais e econômicos.

Entretanto, essas adversidades não se resumiam às condições mencionadas. Durante a Era Vargas (1930–1945), a política adotava uma ideologia autoritária que utilizava o trabalho e a disciplina como instrumentos de controle social. Essa conjuntura, associada à concentração fundiária, acentuava a desigualdade social e a dependência econômica dos camponeses. Muitos viviam em regime de moradia vinculada ao trabalho, submetidos à exploração tanto para garantir sua sobrevivência quanto para atender aos interesses individuais dos proprietários. Sob o discurso de modernização e progresso, que foi propagado tanto na Era Vargas quanto no período da República Populista e da Ditadura Militar, escondia-se a estratégia de dominação social.

Essa realidade dos trabalhadores envolvidos na extração da palha e na produção do pó de carnaúba é evidente. Indivíduos que viviam em condições precárias e desumanas, mesmo

sendo responsáveis por gerar significativas receitas anuais tanto para o município de Campo Maior quanto para o estado do Piauí. Apesar disso, os jornais da época enfatizavam os ganhos econômicos obtidos com essa atividade, mas negligenciavam as práticas abusivas que perpetuavam a exploração e desvalorização do trabalhador rural.

A concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos foi um fenômeno histórico relevante. Contudo, é importante ressaltar o papel da Lei de Terras na consolidação da desigualdade social e no processo histórico que afetou os camponeses, assim como as dificuldades enfrentadas por eles até os dias de hoje. Mesmo com os avanços ao longo do tempo, ainda existem ilegalidades relacionadas ao trabalho análogo à escravidão, persistindo condições de trabalho humano em regime de dependência no sistema paternalista, um modelo histórico não só no Piauí, mas em várias partes do Brasil.

Os quadros apresentados, durante a análise das receitas da exportação do produto do Piauí, especialmente a carnaúba, evidenciam um ciclo extrativista que favoreceu o capitalismo de mercado, sem preocupação com as condições de trabalho dos camponeses. Dessa forma, o trabalhador rural, no contexto apresentado, coloca os produtos do ciclo da carnaúba como base do sistema de mercado capitalista, cujo objetivo era unicamente o lucro.

É importante analisar que, durante todo o processo histórico, a existência do sistema paternalista se manteve, garantindo condições favoráveis tanto para as indústrias quanto para os proprietários de terra ou arrendatários, que lucravam com a exploração da mão de obra. Essa situação de exploração é uma herança histórica de um período em que o Brasil teve mais tempo de escravidão do que de cidadania.

No governo Vargas, com a criação das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, algumas melhorias foram estabelecidas, como o salário mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e o descanso semanal remunerado, além das férias. No entanto, as elites dominantes e proprietárias de terras, em muitos casos, não obedeciam às leis federais, devido aos regimes de exploração que ainda perduravam. Muitos trabalhadores camponeses, como o exemplo de Antônio Delmiro, tinham contratos de moradia com os proprietários, mas, quando sua produção não gerava lucro, eram obrigados a realizar serviços gratuitos para os proprietários. Segundo o relato do trabalhador camponês Antônio Delmiro, a normalização dessas condições desumanas de trabalho persiste até hoje como uma herança histórica que paira sobre o campo brasileiro.

Os trabalhadores rurais foram fundamentais até o declínio do ciclo extrativista da carnaúba. A partir desse momento, surgiu a ideia de progresso e modernização, que expulsou as pessoas que viviam nas propriedades, pois o desenvolvimento estava pautado na

industrialização e no agronegócio. Essa modernização forçada resultou em um êxodo rural, com uma migração em massa de camponeses nordestinos para áreas de fronteira agrícola, como estratégia de povoamento em regiões do Centro-Oeste e Norte do país. O discurso que acompanhava essa migração era o de que todos teriam direito à terra.

No entanto, com o advento da República Populista e a consolidação de uma série de direitos pelos camponeses, a Constituição de 1946 introduziu discussões sobre a função social da propriedade, ampliando o debate sobre a reforma agrária. Nessa época, já existiam organizações camponesas articuladas com ativistas do movimento comunista, como parte da luta por direitos sociais. No Nordeste, surgiram as ligas camponesas como forma de resistência e de solidariedade, baseadas na economia moral no campo. A institucionalização de sindicatos foi importante, não apenas para a solidariedade entre os camponeses, mas também para a politização desses indivíduos, que passaram a conhecer seus direitos e deveres na sociedade.

Por fim, é importante destacar a importância de Luiz Edwirges e Antônio Damião, que lutaram na segunda metade do século XX em prol do coletivo, deixando de lado seus interesses individuais. Até hoje, suas ações são lembradas como pilares de memória no município de Campo Maior, sendo fundamentais para os sindicalistas e camponeses da região. Porém, com o Golpe de 1964 e o Governo militar ditatorial, os avanços e as lutas que estavam sendo alcançados gradativamente foram barrados.

REFERÊNCIAS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: FGV, 2013.

AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 6. ed. São Paulo: FGV, 2006.

BARROS, José Vieira de Melo. **Carnaúba: História e Utilização**. Fortaleza: Edições UFC, 1979.

CANTUÁRIO, Joaquim Luiz. **Trajetória dos movimentos sociais de Campo Maior: avanços e retrocessos**. Edição do autor, Campo Maior, 2015.

CAVALCANTE, Roberto Carlos. **A economia da cera de carnaúba no Nordeste: uma análise histórica e econômica**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1988.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da (Org.). **O rural no meio norte: terra, trabalho e cultura**. São Luís: Editora UEMA, 2023.

FONTENELE, Hamanda Machado de Meneses. **Terra Rica, Homem Pobre:** Aspectos Socioeconômicos piauienses nos tempos áureos da cera de carnaúba (1930-1960).

FONTENELE, Hamanda Machado Menezes. **Do trabalho forçado ao análogo a escravidão:** reflexão sobre as condições de trabalho no ciclo de cera de carnaúba no Piauí (1930-1970). 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Traduzido por Maria de Fátima Silva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

JESUS, Pauliana Maria de. **A cidade dos desejos: reflexões sobre a modernização de Campo Maior - PI (1930-1970).** Teresina: Cancioneiro, 2020.

LE GOFF, Jacques. **Memória.** In: História e memória. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Barbosa. Tipos e aspectos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 129-130, jul./set. 1952.

MARINHO, José Freitas. **O extrativismo vegetal e a cera da carnaúba no estado do Ceará: passado e presente.** Fortaleza: Imprensa Universitária.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos Sociais e Participação Política.** Teresina: CEPAC, 1996.

MELLO, Maria do Socorro da Silva. **Carnaúba:** árvore da vida, de uma economia extrativista para uma economia sustentável. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 2004.

MIRANDA, Francisco Gomes de. **A Indústria da Carnaúba no Nordeste Brasileiro: História e Perspectivas.** Fortaleza: Editora BNB, 2001.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de Resistência Camponesa – Vol. II: Concepções de Justiça e Resistência nas Repúblicas do Passado (1930-1960).** São Paulo: Editora Hucitec, 2016.

NUNES, Francivaldo Alves; GALDEZ FERREIRA, Márcia Milena; ROCHA, Cristiana Costa da (Orgs.). **O Rural entre Posses, Domínios e Conflitos.** 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

OLIVEIRA, Simone Martins. **Os Carnaubeiros e o Extrativismo da Carnaúba no Sertão do Piauí: Uma Análise Histórica (1950-1980).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2010.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. Modernização urbana de Campo Maior-PI no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947). 2015. Campina Grande, 2015

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimento na história oral .** São Paulo, 2014.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2016.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense:** da pecuária ao extrativismo. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Os limites entre a exploração e a escravidão no ciclo da cera de carnaúba.** PIBIC, UESPI, 2020.

ROCHA, Damião Cosme de Carvalho. **Nas franjas da história: singularidade e distinção na constituição da Liga Camponesa de Matinhos na terra dos carnaubais - Piauí.** 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense.** Teresina: Editora da UFPI, 2006.

SANTOS, Antônio de Pádua dos. **Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí:** carnaúba. Fundação Cepro, 1979.

SANTOS, Paulo Sérgio Pinheiro. **Ciclo da Carnaúba no Ceará e no Piauí:** Produção e Exportação (1900-1950). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 1998.

SCOTT, James C. **Armas dos Fracos:** Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. New Haven: Yale University Press, 1985.

SOUSA, Antônio Damião de. Entrevista concedida a Pereira, Leonardo da Vinci, Campo Maior, 2023.

SOUZA, Antônio Damião de; CANTUÁRIO, Joaquim. **O homem e a terra:** Ditadura Militar e Latifundiários Contra os Camponeses. 2015.

SOUSA, Fábio dos Santos. **O Impacto do Extrativismo Vegetal no Desenvolvimento Econômico do Piauí:** O Caso da Carnaúba (1930-1970). Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2016.

SOUSA, Jefferson de Almeida. **O Trabalho Extrativista da Carnaúba no Piauí:** História, Cultura e Resistência dos Carnaubeiros (1850-1970). Teresina: Editora da UFPI, 2014.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de Esperança:** Camponeses e Comunistas na Constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as Décadas de 1950 e 1960. Teresina: Editora da UFPI, 2013.

SUDENE. **Estudo de mercado de produtos agropecuários do nordeste:** carnaúba. Recife, 1972.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum:** Estudos sobre a Cultura Popular na Grã-Bretanha do Século XVIII. Traduzido por Maria Helena de Queiroz e Ricardo de Mello. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros – Vol. I:** Leituras e Interpretações Clássicas. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Almanaque da Parnaíba, 1934, p. 103.

Almanaque da Parnaíba, 1941, p. 283-291.

Almanaque da Parnaíba, 1941, p. 285.

Ação da guarda federal de Teresina no combate aos elementos subversivos de Campo Maior.

Jornal do Piauí, Teresina, 23 jun. 1964.

INSTALAÇÃO de indústrias em Campo Maior. **A luta**, 1968, p. 5.

ANÚNCIO comercial de Casa Alves e Moarais & Cia. **O Estímulo**, Teresina, 1946, p. 8.

ANÚNCIO da casa comercial de Waldeck Bona. **O Estímulo**, Teresina, 13 jun. 1946, p. 4.

RESUMO dos acontecimentos, na guarnição federal de Teresina, com início no dia 31 de março de 1964. **Jornal Estado do Piauí**, Teresina, 25 jun. 1964.

TIPOS e aspectos do Brasil: Colheita de carnaúba. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 370.

FONTES ORAIS

MARIA DO CARMO, lavradora. Entrevista concedida a Leonardo da Vinci Pereira dos Santos. Assentamento Lagoa Seca, Campo Maior – PI, 2023.

ANTÔNIO PEREIRA, lavrador. Entrevista concedida a Leonardo da Vinci Pereira dos Santos. Assentamento Lagoa Seca, Campo Maior – PI, 2023.

ANTÔNIO DELMIRO. Entrevista concedida a Leonardo da Vinci Pereira dos Santos. Assentamento Lagoa Seca, Campo Maior – PI, 2023.

RAIMUNDO NONATO. Entrevista concedida a Leonardo da Vinci Pereira dos Santos. Assentamento Lagoa Seca, Campo Maior – PI, 2023.

ANTÔNIO DAMIÃO DE SOUSA. Entrevista concedida a Leonardo da Vinci Pereira dos Santos. Campo Maior – PI, 2023.

DOMINGOS NONATO DE SOUSA. Entrevista concedida a Leonardo da Vinci Pereira dos Santos. Localidade Água Branca, Campo Maior – PI, 2023.